

# PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

PRIMEIRA INFÂNCIA:  
BASE PARA O FUTURO

---

FITOTERÁPICOS, A CURA  
QUE VEM DA FLORESTA

---

ENTREVISTA

**Carina Pimenta**

“Bioeconomia é desenvolvimento econômico, social e ambiental.”

---

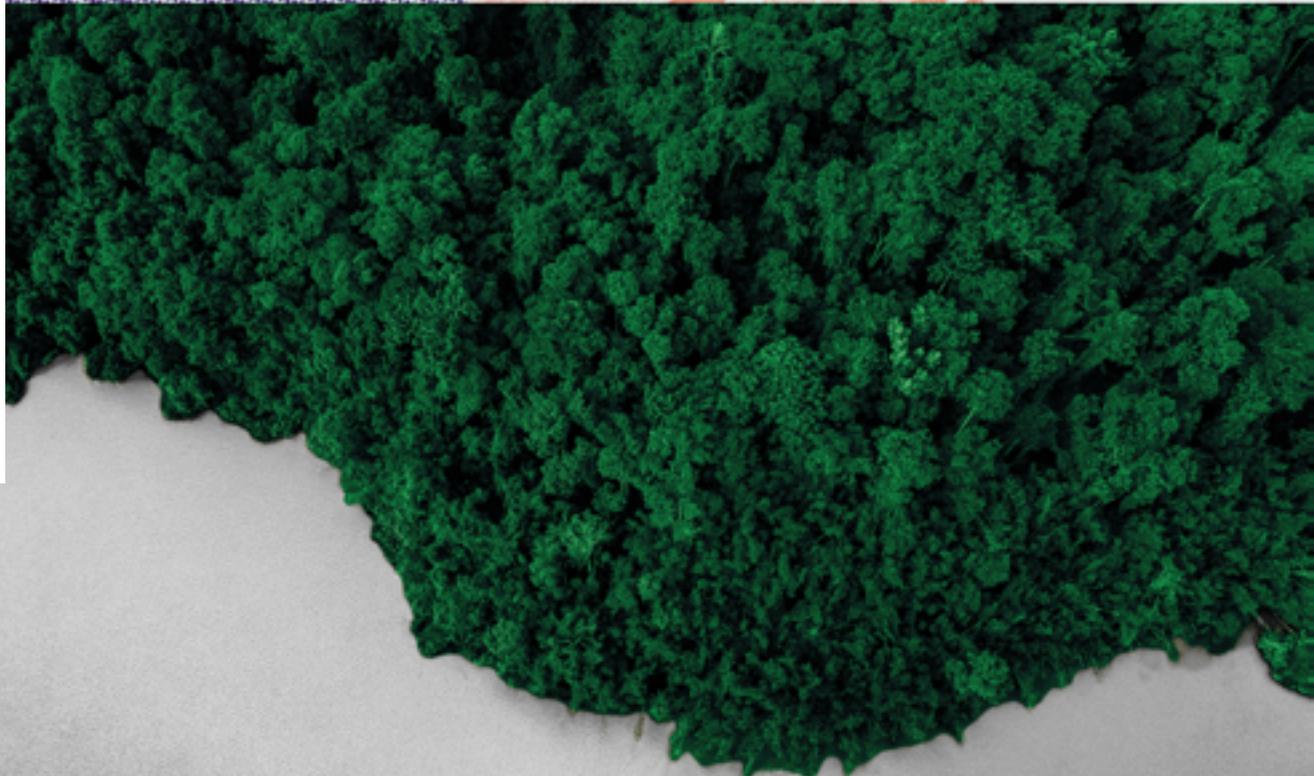
HISTÓRIA

**Jardim da Luz**

A primeira área verde pública da capital paulista completa 200 anos

## Um Brasil mais verde

AS CONTRADIÇÕES DE QUEM TEM A  
CHANCE DE CAPITANEAR A AGENDA  
POR UM PLANETA SUSTENTÁVEL





[sp.senac.br/corporativo](https://sp.senac.br/corporativo)

Quer investir no desenvolvimento  
da sua equipe e alcançar excelência  
nos serviços prestados?

QUER SABER?  
**SENAC!**



**ATENDIMENTO**  
CORPORATIVO

PRESIDENTE Abram Szajman

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges



www.agenciatutu.com.br

#### PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

SUBEDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,  
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNER Priscila Gonzaga

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Priscila Gonzaga

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio Lanzana, Caio Magri, Denise Meira do Amaral Takeuchi, Guilherme Meirelles, Herbert Carvalho, Jean Galvão, Leandro Garcia, Luciana Alvarez, Mônica Sodré, Nanci Vieira, Pâmela Brito, Paulo Delgado e Vinicius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. Esses textos têm como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE

publicacoes@fecomerco.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



# PB | #485

*O Brasil se prepara para sediar, neste ano, a COP30 em Belém (PA). Será a primeira edição na Amazônia, dez anos depois do Acordo de Paris e na sequência da COP29, considerada um fracasso por ambientalistas. Contudo, ao mesmo tempo que desfruta de um capital natural para liderar ações para conter as mudanças climáticas, o País convive com altos índices de desmatamento. Especialistas apontam que, para assumir a liderança global, o Brasil precisa zerar o desflorestamento, diversificar a produção de energia limpa e adotar uma postura mais ousada na agenda ambiental.*

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes não só para a classe empresarial, mas para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 [revistapb.com.br](http://revistapb.com.br)

 [@problemasbrasil](https://twitter.com/problemasbrasil)

 [@pbrevista](https://www.instagram.com/pbrevista)

 [@canalUMBASIL](https://www.youtube.com/canalUMBASIL)

É retratando  
e analisando  
a pluralidade,  
a diversidade e  
a complexidade  
do Brasil que  
a PB se atualiza  
e se reinventa.

Reportagens, artigos,  
ensaios e podcasts  
que lançam um olhar  
abrangente sobre a  
sociedade, a política,  
a cultura e as  
pessoas do País.

[REVISTAPB.COM.BR](http://REVISTAPB.COM.BR)

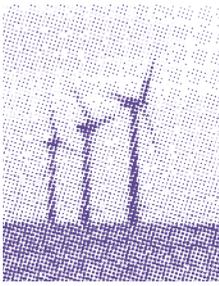
---

 @pbrevista

 @CanalUMBRASIL



8 Entrevista  
CARINA PIMENTA: "A BIOECONOMIA TRAZ PARA O DIA A DIA A REFLEXÃO SOBRE UMA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA DE FATO"



12 Capa  
CAMINHOS PARA UM BRASIL MAIS VERDE



20 Desigualdade  
O CUIDADO COM O FUTURO PELA INFÂNCIA



26 Notas  
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS DO SITE PB



28 Biodiversidade  
O POTENCIAL DOS FITOTERÁPICOS

32 Artigo  
"INFLAÇÃO DESAFIA POLÍTICA ECONÔMICA", POR ANTONIO LANZANA



33 Artigo  
"DUAS UNANIMIDADES MUITO ALÉM DO CENTRÃO", POR PAULO DELGADO



34 Artigo  
"EMPRESAS PELA DIVERSIDADE", POR CAIO MAGRI



36 Urbanismo  
OS 200 ANOS DO JARDIM DA LUZ



40 Artigo  
"CIÊNCIAS ÍNDIGENA E OCIDENTAL PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL", POR AGÊNCIA BORI

42 PB Indica  
PARA LER E OUVIR

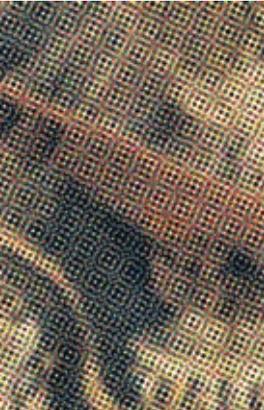


43 Artigo  
"A FORÇA DE CAROLINA MARIA DE JESUS", POR LEANDRO GARCIA



44 História  
OS ATOS FINAIS DE UMA TRAGÉDIA BRASILEIRA

46 Charge  
COP30 NO BRASIL



## Agenda verde

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, a ser realizada em Belém, no Pará, em novembro, coloca o Brasil no centro das atenções mundiais. O evento, que ocorrerá pela primeira vez na Amazônia, vai marcar os dez anos do Acordo de Paris, tratado internacional que visa limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Os especialistas advertem: já passou o tempo da discussão — agora, é preciso agir. Para consolidar a própria liderança nas pautas ambientais mundiais, o País deve dar o exemplo. Por essa razão, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) defende a implementação de uma Agenda Verde, debatida nesta edição, com as seguintes tarefas centrais, as quais devem mobilizar tanto a sociedade brasileira como os poderes públicos:

1) zerar o desmatamento ilegal; 2) implementar, até 2030, o recém-criado mercado de carbono; 3) acelerar a transição energética; 4) promover a economia circular; 5) adotar padrões responsáveis de consumo da água; e 6) combater, por meio de uma ação eficaz dos órgãos ambientais, a poluição atmosférica e os incêndios florestais.

Belém, a sede escolhida para ser o símbolo da esperança de preservação do planeta, paradoxalmente sintetiza as fragilidades nacionais na questão ambiental, a despeito de nossas imensas potencialidades: na capital paraense, que se intitula “Cidade das Águas”, um em cada quatro moradores nem sequer tem acesso à água tratada e o índice de pessoas atendidas por coleta de esgoto é de ínfimos 17,12%.

É louvável, porém, que o País já tenha dado o passo fundamental na criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), conhecido como mercado de carbono. A FecomercioSP não medirá esforços para conscientizar os seus representados e engajar o setor produtivo nesse processo, como faz há anos por meio de seu Conselho de Sustentabilidade.

ABRAM SZAJMAN, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP





# CAMINHOS DA BIOECONOMIA

entrevista MÔNICA SODRÉ  
edição de texto DIMALICE NUNES

O Brasil é a nação mais biodiversa do mundo, com mais de 20% das espécies do planeta distribuídas em seus biomas. É com base na diversidade de recursos naturais que o País gera parte das próprias riquezas, premissa da bioeconomia. Até 2050, o segmento pode gerar até US\$ 284 bilhões por ano para a Indústria, segundo a Associação Brasileira de Bioinovação (Abbi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

“Enxergamos na bioeconomia o desenvolvimento completo: social, ambiental e econômico”, defende Carina Pimenta, secretária nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) desde 2023. Segundo ela, esse modelo econômico é parte das oportunidades que o Brasil tem em uma revolução verde, que passa pelo uso, por vários setores e indústrias, de ativos biológicos. “Temos muito a aprender com a natureza para transpor isso na nossa economia.”

### Como o conceito de bioeconomia se traduz no cotidiano?

A bioeconomia está no alimento, no açaí, na castanha-do-Brasil, no xampu, no combustível. O Brasil tem um pioneirismo enorme na agenda de bioeconomia, que está no nosso dia a dia de uma forma muito explícita, mas não a entendemos dessa forma. O que a agenda de bioeconomia está trazendo hoje é a ressignificação dessas indústrias, oferecendo um novo olhar sobre o uso dos recursos. Houve um certo tensionamento nos sistemas produtivos dos ativos naturais, que muitas vezes levam à degradação do solo e ao desmatamento ilegal. A bioeconomia traz de volta a discussão de que uma parte importante da economia depende dos recursos naturais e é baseada em produtos e processos biológicos. No entanto, precisamos entender esses sistemas e produzir sob uma perspectiva de transformação ecológica. Esse modelo econômico é parte das oportunidades que o Brasil tem em uma revolução verde, que passa pelo uso, por vários setores e indústrias, de ativos biológicos. Temos muito a aprender com a natureza para transpor isso na nossa economia.

### Que tamanho a bioeconomia pode atingir em termos de mercado e valores?

Adoraria poder responder com números, mas depende da Estratégia Nacional de Bioeconomia, de sermos capazes de quantificar — e estamos num processo de construção. Ao tentarmos quantificar, precisamos enxergar as bioeconomias, com um “S” no fim. Também temos de perceber que a bioeconomia se traduz em valor econômico e, também, valores social e ambiental. Essa é a dimensão, porque teremos grandes bioeconomias, lugares onde o País será muito competitivo nacional e internacionalmente. A bioenergia é um exemplo que se reflete em Produto Interno Bruto (PIB), exportação e emprego. Em outros lugares, há a socioeconomia, a manutenção das florestas com populações que as protegem, que talvez não tenha um volume de PIB significativo, mas apresenta resultados nas reduções da desigualdade e da perda de biodiversidade, bem como na sua conservação. Enxergamos na bioeconomia o desenvolvimento completo: social, ambiental e econômico.

### Como outros países têm internalizado o desafio de incluir a bioeconomia nos planos de transição ecológica?

A bioeconomia foi entrando de várias formas nos planos nacionais. Uma coisa muito interessante é que, por mais que se fale de bioeconomia há décadas, não existe um fórum internacional para discuti-la. Atualmente, 60 países olham de alguma forma para a bioeconomia e 16 criaram o que nós estamos criando, uma política específica de desenvolvimento desse modelo. E a Estratégia Nacional é bastante fincada nas potencialidades nacionais e numa visão de futuro extremamente estratégica. Algumas nações escolhem biotecnologia avançada como alvo do seu planejamento de bioeconomia, enxergando a revolução dos recursos biológicos lá na frente. Outras têm se concentrado na



A BIOECONOMIA  
TRAZ PARA O DIA A  
DIA UMA REFLEXÃO  
AMPLA SOBRE POR  
ONDE PASSA A  
TRANSFORMAÇÃO  
ECOLÓGICA DE FATO.

bioeconomia como um elemento da transformação para a descarbonização. O Brasil, nesse cenário, tem foco em uma bioeconomia ligada à biodiversidade, à floresta, porque faz parte de um outro conjunto de nações que tem essa riqueza como carro-chefe. O País, por causa da sua diversidade, dialoga com todos. Temos um patrimônio natural e sociocultural ligado à biodiversidade que nos torna, talvez, uma nação única para criar novos setores, produtos e processos. O Brasil trouxe para o cenário internacional a ênfase na biodiversidade.

Do ponto de vista comercial, quem está disposto a financiar as iniciativas da bioeconomia? Como você avalia a disposição do mundo para acolher produtos mais amigáveis ao capital natural?

É um quebra-cabeça. Estamos vivendo um processo de ressignificar a economia. Falo muito da revolução, estamos nos voltando para a natureza a fim de buscar soluções para tudo o que criamos. A bioeconomia ajuda a enxergarmos o que já fazemos e nem percebemos, e o que podemos fazer. O Brasil tem feito uma lição de casa importante, por exemplo, com o controle do desmatamento, que é fundamental para a questão comercial. Além disso, o sistema financeiro busca desesperadamente se inserir nesses assuntos. Nunca vi tantos bancos e agentes financeiros querendo discutir temas ligados à biodiversidade, querendo entender essa agenda. É um momento de grande oportunidade para sermos pragmáticos ao optarmos por uma economia que gere efeitos positivos sobre a biodiversidade e os sistemas que a preservam. Temos a agenda para o mercado de carbono, mas também a agenda de pagamento por serviços ambientais, que no Brasil está sendo regulamentado e é um instrumento importantíssimo para a transição da bioeconomia.

Como fazer isso com os bancos? O trabalho do Ministério da Fazenda é fundamental na construção de um arcabouço que oriente essa transformação. Estamos, como governo, dando vários passos importantes, mas é um processo, um movimento que não vai ser finalizado de uma hora para a outra. Sabemos que mudar estruturas não é algo que acontece rápido, mas há uma ambiência — e a participação do sistema financeiro está sendo muito interessante.

Qual é o papel das empresas, em especial das pequenas e médias? Como fazer com que esse público se aproxime dessa agenda e esteja preparado para as mudanças que desejamos ver?

O Brasil já vem, há alguns anos, olhando para as empresas de menor porte — e é preciso olhar ainda mais para esses negócios. Outros países fizeram isso muito bem, focaram em pequenas e médias como um importante fator gerador de riqueza na economia, nas economias locais e na geração de emprego. É um dos segmentos mais interessantes para a bioeconomia, porque acontece localmente. As estratégias que estão sendo pensadas no governo brasileiro buscam criar estruturas de apoio a esses empreendimentos, *hubs* da bioeconomia que concentrem um conjunto de soluções e apoios para que esses empreendimentos possam adentrar nesse mundo. Suporte técnico, conhecimento sobre legislação e oportunidades de investimento em ciência, tecnologia e inovação. A sacada da bioeconomia é o foco em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), mas os segmentos baseados em inovação encontram dificuldades, pois há poucos mecanismos de incentivo que cheguem a esse grupo. A inovação é normalmente dominada pelas grandes companhias, mas a bioeconomia é capaz de chegar mais perto desse público, não só das startups, mas das pequenas e médias empresas. Temos um cuidado específico com os pequenos empreendimentos ligados à sociobioeconomia, que trata da sociobiodiversidade na floresta, pois junta milhares de pessoas em pequenos negócios que geram resultados sociais e de renda incríveis ali na ponta. Então, qualquer evolução tecnológica, de assessoria técnica, de mercado, de qualificação de produto que essas empresas apresentem gera um ganho enorme. Enxergamos que esses negócios

terão um papel enorme na inovação — com o açaí, o cacau, os fármacos. Há projetos muito interessantes sendo realizados, e o País só será capaz de evoluir mediante um sistema de impulsionamento assertivo da bioeconomia para esse grupo, que precisa de ferramentas de apoio para chegarem lá.

Como o Comércio e os Serviços podem se beneficiar?

O Comércio tem a vantagem de fazer a interlocução direta com os públicos. Já o Comércio ligado à sustentabilidade é uma das vertentes dessa estratégia. Nos Serviços, há o Turismo. Bioeconomia parece produto industrial, mas o tema do Turismo é um dos mais interessantes, porque além de o setor ter a capacidade de dinamizar economias, consegue adentrar nos nossos ativos, como florestas, parques nacionais, trilhas etc. Tudo o que nos coloca em contato com a natureza se apresenta como forma de expressão da bioeconomia. O que acho mais bacana é que o Turismo pode ajudar na narrativa com o público comum, tornando palpável a bioeconomia nas nossas vidas. O uso das florestas cria contato e ressignifica tudo isso que estamos falando. A bioeconomia traz para o dia a dia uma reflexão ampla sobre por onde passa a transformação ecológica de fato.

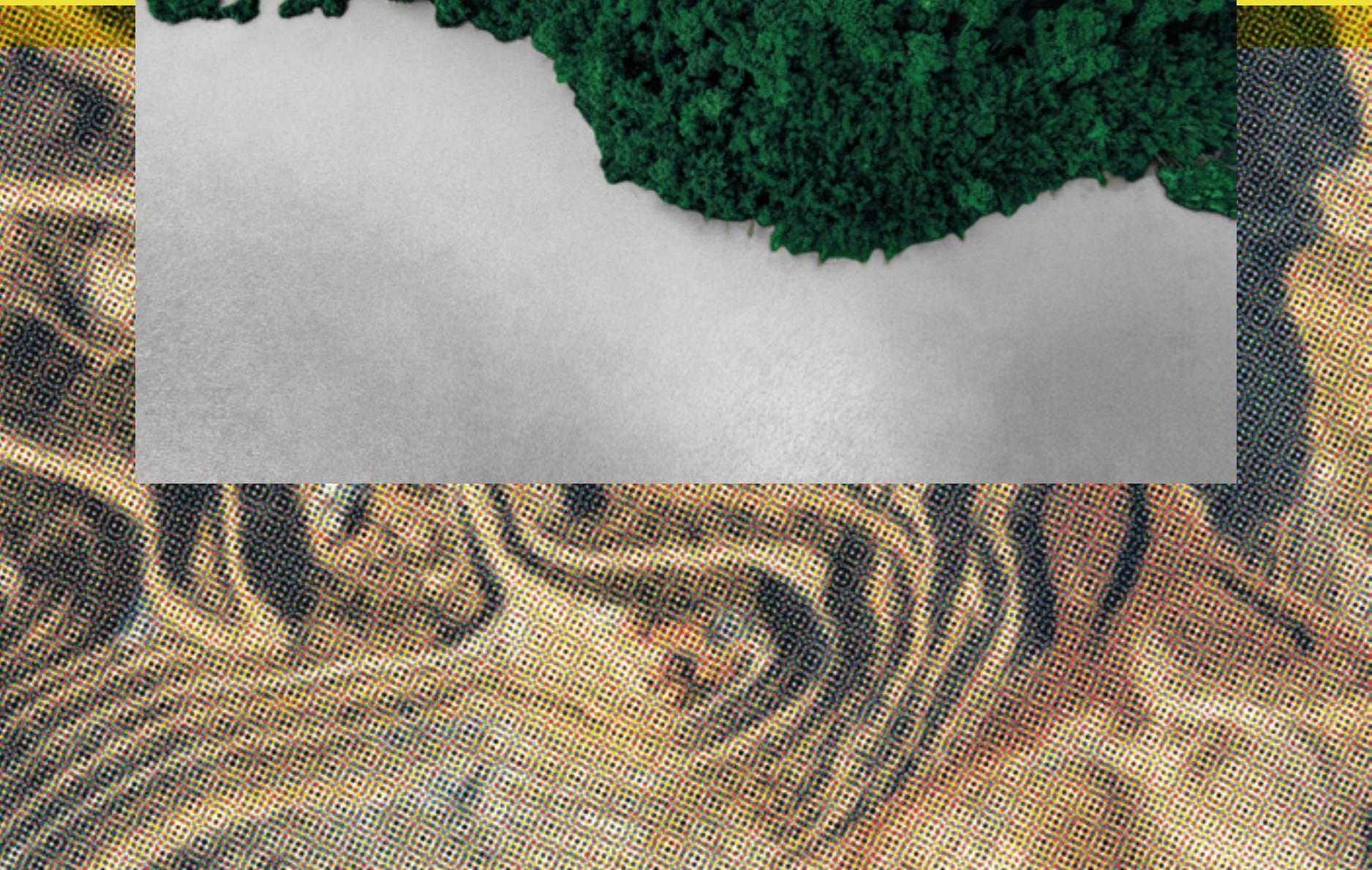
&

ASSISTA À ENTREVISTA  
NA ÍNTEGRA NO  
CANAL UM BRASIL  
POR ESTE CÓDIGO QR





074712374



# QUÃO VERDES PODEMOS SER?

---

Às vésperas de receber a primeira COP da sua história, em Belém, no Pará, o Brasil experimenta contradições que, na mesma intensidade, podem oferecer soluções ambientais ao mundo se forem solucionadas, como diversificar a produção de energia limpa. Para fazer isso e assumir a liderança global do debate, o País carece de mais ousadia na agenda ambiental, dizem especialistas ouvidos pela Revista **Problemas Brasileiros**.

---

texto VINÍCIUS MENDES | ilustração PRISCILA GONZAGA

Por qualquer estrada, quem chega a Belém logo se depara com uma afirmação, espalhada pelos *outdoors*, que a capital do Pará faz sobre si mesma: “Cidade das Águas”. A expressão existe pelo menos desde o período colonial, quando não havia ali mais do que “dois assentamentos separados por um rio e um pântano”, como escreveu o urbanista Juliano Ximenes. *Belém Cidade das Águas* (2003) é também o nome de um curta-metragem de Jorane Castro, uma das faces do cinema contemporâneo paraense.

Não é trivial, assim, que a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que acontecerá em novembro, demarcou o Polígono COP30, uma pequena área dentro dos mais de 500 quilômetros quadrados que conformam o território e as ilhas da cidade, quase todo à beira do Guamá, imenso rio barrento de onde nascem afluentes — canais, córregos e outros rios — que entram em Belém para torná-la essa “Cidade das Águas”.

É por esses aspectos que o contador belenense Ivan Costa olhava para a metrópole, na metade de dezembro de 2024, como uma metáfora de si mesma. “É a cidade das águas sem águas!”. Presidente do Observatório Social de Belém (OSB), braço de uma rede de observatórios espalhados pelo Brasil, Costa referia-se à seca que o Pará enfrentava desde a metade do ano, que fez o governo decretar emergência pública. Na mesma época, os incêndios na floresta ao redor irrompiam e, no começo de novembro, quase oito em cada dez (76%) queimadas pelo País foram registradas no local, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Belém está irreconhecível”, sentenciava o presidente do OSB. “Os rios como fiozinhos de água, os córregos, ainda que sujos, que fazem parte da vida dos bairros populares, as águas estão todas secando — e tudo às vésperas da COP!”, afligia-se.

## UMA COP EXISTENCIAL

Essa relação entre conferência e cidade é complexa, porque a própria COP chega a Belém para se salvar. “Apesar da importância global que foi adquirindo na década passada, a reunião está em descrédito pelo menos desde a edição do Egito”, nota Alexandre Prado, líder de Mudanças Climáticas do WWF-Brasil, referindo-se à COP27, que aconteceu há três anos, no balneário de Sharm el-Sheikh. “De lá para cá, a COP foi sediada em países não democráticos e muito dependentes de combustíveis fósseis”, resalta. O encontro seguinte ao egípcio, em Dubai, foi pior, ao ser usado pelos Emirados Árabes Unidos para fechar contratos de petróleo com 15 países, segundo uma reportagem da rede britânica BBC.

Por outro lado, o Brasil olha a COP despontando no horizonte também como uma espécie de salvação e pressão. “[*Organizar a conferência*] será nosso grande desafio de 2025”, admite a diplomata Liliam Chagas, que dirige o Departamento de Clima do Itamaraty. No caso de Belém, é assim não apenas pelos gargalos estruturais, mas porque a capital paraense condensa alguns dos nossos desafios climáticos, como desmatamento, queimadas e garimpo ilegal. “Vamos chamar a atenção do mundo para a importância da Amazônia, mas também para os seus problemas”, afirma Costa, presidente do OSB. “E o ponto mais intrigante é que a maioria da população da cidade não faz nem ideia do que é a COP”, reage Marco Antônio Lima, professor na Universidade Estadual do Pará (Uepa).

É em meio a essa contradição — uma conferência climática determinante para o futuro do mundo na cidade das águas sem águas, cujo povo não faz ideia de que o evento acontecerá ali — que o Brasil também pretende tomar um lugar que sempre dizem ser o seu: o de líder de um planeta ambientalmente convulsionado.

## Belém, no Pará, sede da COP30, condensa os desafios climáticos do Brasil: desmatamento, queimadas e garimpo ilegal

### URGÊNCIA OU UTOPIA

A numeralha do debate ambiental global quantifica essa realidade. Esses dados calculam as chances de a temperatura média do planeta não subir mais do que 1,5°C até 2100 em relação ao século 19, na era pré-industrial, época em que o mundo não era tão dependente de recursos como gás, carvão e petróleo — tudo o que acelerou o aquecimento do planeta. Manter o fenômeno nesse limite foi o compromisso do Acordo de Paris, firmado em 2015, e que, se for alcançado, ainda assim será uma espécie de “adiamento do apocalipse” (inevitável) que intensificará estiagens e tempestades, calores e frios entre extremos e por todos os lugares, dos quais alguns sumirão do mapa para sempre.

O problema é que, pelo menos desde 2023, essa medida parece estar saturada. A Organização Meteorológica Mundial (OMM), ligada à ONU, calculou um potencial de 66% de esse limite ser atingido até 2027. Mais alarmante ainda é que, há cerca de dois anos, a temperatura da Terra já estava 1,3°C maior do que em 1850, de acordo com um relatório da OMM publicado em novembro do ano passado.

E não é só isso. O mesmo documento aponta que 2024 foi o ano mais quente da história terrestre em 175 anos de medições da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA, da sigla em inglês). A entidade afirma que, de 1850 em diante, a temperatura da Terra subiu 0,06°C por década, mas que, a partir de 1982, esse processo triplicou de velocidade, crescendo 0,20°C de dez em dez anos. Em janeiro de 2025, a Nasa e o Copernicus, Programa de Observação da Terra da União Europeia, confirmaram o recorde de calor do planeta no ano anterior (1,6°C), no mesmo dia em que o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) apontou o mesmo fato sobre o Brasil. Segundo o Copernicus, 2024 foi o primeiro ano a ultrapassar a marca de 1,5°C de aumento na temperatura média da Terra em relação aos níveis pré-industriais. Ainda não é o padrão, mas estamos perto disso.

O grande desafio é que se todos os países que assinaram o acordo implementarem rigidamente as políticas compromissadas em Paris, conseguirão reduzir as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), que causam o aquecimento da Terra, em apenas 5,6% até 2030. Para se cumprir a meta, era preciso que essa porcentagem fosse de, no mínimo, 43%, e “para que isso fosse possível, boa parte das nações, principalmente as do G20, deveria parar de emitir gases

imediatamente, o que é utópico”, avalia Cláudio Angelo, membro do Observatório do Clima (OC), que acabou de lançar o livro *O silêncio da motosserra: quando o Brasil decidiu salvar a Amazônia* (Companhia das Letras, 2024), em coautoria com Tasso Azevedo. Mais pragmática, Izabella Teixeira, que foi ministra do Meio Ambiente entre 2010 e 2016, lembra que “os pesquisadores ainda não apertaram o botão de urgência”, mas que há um prazo no horizonte para isso: 2030. “É nossa janela final”, sentencia.

As dimensões da posição de liderança do Brasil também não correspondem entre si. Enquanto a rede de entidades que orbita a discussão sobre clima no País espera por “grandes anúncios” em Belém, fontes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) reiteram que não haverá nada nem perto disso. “Nosso foco está em cumprir acordos firmados”, ressaltaram, em dezembro, dois membros da pasta à reportagem, em condição de anonimato. “Esperamos que o Brasil tome a frente não só como presidente”, opina Angelo, “mas também se comprometa com objetivos ousados, como estabelecer um calendário para uma transição energética, com etapas de redução do uso de fósseis”, continua. “Travar a meta de emissões e articular bons acordos também precisam estar na nossa ordem do dia lá”, acrescenta Prado, do WWF-Brasil.

Segundo a engenheira Cristiane Cortez, assessora do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), ao contrário, se o País apresentar dados e projetos com promessas de zerar todo o seu desmatamento até 2030 — e ainda seguir diversificando a matriz energética —, chegará à COP com “coisas para mostrar”. “E o ritmo dessas entregas está bom”, destaca. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), quase a metade (49%) de toda a energia produzida aqui é oriunda de fontes renováveis, como captações solar e eólica. No mundo, esse número é de 15%. “Quando o Brasil diz que ‘está fazendo a sua parte’ e consegue provar isso com fatos, reúne poder suficiente para cobrar dos outros que também avancem nas suas agendas verdes”, entende a assessora.

Mas há um desafio ainda maior debaixo do braço do Brasil. Analistas que participaram da COP29 apontam que sobrou para o País destravar a negociação sobre recursos dos países desenvolvidos para as nações do Sul Global. É o dinheiro que precisam para custear as próprias políticas de adaptação e mitigação relativas ao aquecimento do planeta. Em Baku, após muita resistência — e apenas no penúltimo dia da reunião —, aceitaram entregar um total de US\$ 300 bilhões (cerca de R\$ 1,75 trilhão) por ano até 2035. Antes do encontro, estava certo que essa conta só fecharia em US\$ 1,35 trilhão (R\$ 7,5 trilhões) anuais. “Nós ficamos por algumas horas de sair de lá com um fracasso total”, revela Liliam, do Itamaraty.

A Revista **Problemas Brasileiros (PB)** apurou, com fontes do governo, que pleitear esse trilhão de dólares aos países do Norte será a prioridade da presidência brasileira na COP. “Se for isso mesmo, estamos fritos!”, reage Angelo, do OC. “As nações que receberiam o dinheiro precisam, na verdade, de mecanismos para lidar com desafios ambientais, não de empréstimos que aumentariam ainda mais as dívidas”, vocifera. É a mesma opinião do físico José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP [leia entrevista na página 19]. Cristiane Cortez, também da Entidade, entende que a priorização dos recursos, se adotada pelo Brasil, será positiva, “até porque a questão do financiamento travou outras COPs”. Apesar disso, a assessora parece mais resignada quanto aos resultados possíveis. “Acho difícil. O País terá de ‘tirar leite de pedra’ nesse assunto”, enfatiza.

Em paralelo, o MMA corre para fazer duas entregas até o fim deste semestre: o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, já em fase final, e quase uma dezena de projetos com metas setoriais (Indústria, Energia, Transportes, Agricultura, entre outros) que estão na alçada de diferentes ministérios, os quais — se der tudo certo — deverão apresentar as próprias metas até julho, com todas as previsões de reduções de emissões e os respectivos custos. À boca pequena, a pasta considera esses planos os “grandes anúncios” a se fazerem no Pará.



## Meta do Acordo de Paris é evitar que o aquecimento da Terra supere 1,5°C até 2100, mas estudos dizem que isso pode acontecer em 2027. Há cerca de dois anos, o planeta já estava 1,3°C mais quente do que em 1850

### LIMITES DAS METAS

Às vésperas da conferência em Baku, em 2024, o Brasil atualizou as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês), nome técnico do conjunto de metas de cada país definido em Paris, em 2015. Em um documento de 44 páginas, divulgado em outubro de 2024, o País prometeu reduzir as emissões de GEE em um intervalo de, no mínimo, 59% e, no máximo, 67%, até 2035, tendo 2005 como ano de referência. O plano anterior era cortá-las em 43% até 2030. Os observadores não gostaram.

Em agosto, o OC calculou que a meta já ajustada do Brasil precisaria ser a redução de 92% das emissões até 2035. “A conta que nós fizemos é bastante realista”, declara Angelo, defendendo-se, de antemão, das críticas que a rede recebeu, à época, de que o dado estava “fora da realidade”. “A gente observou a complexidade econômica envolvida, mas também considerou o máximo possível de redução. Dá para emitirmos só 100 milhões de toneladas [de GEE]? Não dá! No entanto, 200 milhões de toneladas é factível. Ainda mais considerando que o grosso das nossas emissões vem do uso da terra”, continua. O uso da terra, neste caso, tem um sinônimo mais assertivo — desmatamento. Em 2023, o Brasil despejou 2,3 bilhões de toneladas desses gases na atmosfera. Para além da ambição, o formato de intervalo das NDC também é controverso. Prado, do WWF-Brasil, assegura que a meta ficou “muito aberta a interpretações”. “A dose do esforço depende muito de qual parte da meta será tomada. Uns podem usar a de 59% em seu favor, que é menor, e definir as iniciativas a partir disso. Já quem pegar a de 67% terá de fazer mais coisas. A distância entre ambas é muito grande”, explica.

A secretária de Mudança Climática do MMA, Ana Toni, que esteve à frente da delegação brasileira em Baku, acompanha de perto todas essas reações. “Parte da sociedade civil criticou muito”, pontuou, em dezembro. “Mas outra parte foi bastante elogiosa. E nossas NDC foram bem acolhidas no



exterior. Para mim, são objetivos ambiciosos.” A meta tem gerado conflitos mais tensos. No começo de dezembro, durante um debate sobre a COP30, organizado pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, a ex-ministra Izabella subiu o tom com os representantes do governo que faziam coro para os projetos oficiais. “[As NDC] não foram pactuadas politicamente com ninguém”, criticou. “O Congresso sabe algo sobre nossas contribuições? Os setores impactados sabem? Ninguém sabe! E esse é o nosso dever de casa até Belém”, prosseguiu. Há ainda as críticas que se debruçam sobre o teor desses planos. São aquelas que dizem que o Brasil tem um objetivo, mas não sabe como cumpri-lo.

Cristiane Cortez é uma das cabeças responsáveis por uma agenda que a FecomercioSP acabou de lançar, com propostas a serem alcançadas até 2030. Segundo ela, as proposições [veja na página 19] almejam mudar de alguma forma o patamar socioeconômico nacional, o que poderia ser alcançado com mais investimentos em mecanismos de eficiência energética. “Faria a gente dar um salto incrível de produtividade, melhorando processos e reduzindo custos”, salienta a assessora, que também leciona na Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). A agenda da Entidade ainda propõe dinamizar sistemas que, do varejo para fora, atuem sobre o cotidiano das pessoas, como a economia circular, que fornece meios de reutilizar os materiais que transitam no consumo, e a logística reversa, voltada para o descarte de itens eletrônicos.

Documentos assim são fundamentais, na visão de Izabella, porque estão ausentes do cenário. “Este país sempre tomou decisões sólidas para resolver os seus problemas. Foi assim com a fome, foi assim com o Plano Real e deveria ser agora com a questão verde”, defende. “As NDC brasileiras têm de ser a nova URV [Unidade Real de Valor], no sentido de que todo mundo tem de saber o que são, como funcionam e por que são importantes.”

## 1,6°C

foi o aumento na temperatura do planeta em 2024 em comparação com o período pré-industrial (1850). Isso significa que o ano passado foi o mais quente já registrado na história terrestre

## 0,20°C

é quanto o planeta aquece a cada década desde, pelo menos, 1982

## 1,5°C

deve ser o limite máximo do aquecimento global em 2100, pelo Acordo de Paris, firmado por quase todos os países do mundo em 2015

## 66%

é a chance de essa marca ser atingida até 2027, de acordo com a OMM

## US\$ 1,35 trilhão

seria o valor considerado adequado para que os países do Sul Global financiassem políticas de adaptação e mitigação dos efeitos do aquecimento global

## US\$ 300 bilhões

foram efetivamente prometidos pelas nações mais ricas na última COP, em Baku, no Azerbaijão. Parte desse valor ainda diz respeito a empréstimos internacionais

**“As NDC brasileiras têm de ser a nova URV. Todo mundo deve saber o que são, como funcionam e por que são importantes.”**

IZABELLA TEIXEIRA, ex-ministra do Meio Ambiente (2010–2016)

## O DESAFIO DO DESMATAMENTO

No entanto, se há um consenso em tudo isso, é que a melhor contribuição que o Brasil pode dar ao mundo é lidar com o desmatamento das próprias florestas. O País sabe disso e, com razão, travou o plano de acabar com essa prática até 2030. Apesar da quantidade assustadora das nossas emissões de GEE em 2023, impalpáveis até ao pensamento, ela veio como boa notícia ao representar queda de 12% em comparação com o ano anterior — em absoluto, foi uma retração de cerca de 300 milhões de toneladas de gases, ou o melhor número desde 2009. O País, ressalte-se, responde por 3% das emissões globais.

Boa parte do resultado aconteceu justamente pela redução do desmatamento, ação que corresponde à metade (48% em 2022) de tudo o que o Brasil joga na atmosfera a cada ano. No entanto, debruçar-se sobre os dados é perceber dilemas. No ano passado, as emissões produzidas pela derrubada de vegetação nativa da Amazônia caíram 37% (um total de 687 milhões de toneladas). Um relatório da rede MapBiomas reforça essa dimensão, mostrando como houve uma queda relevante de 62% na destruição do bioma. “Se o País conseguir acabar com o desmatamento na região, já terá um impacto imenso para o volume total de emissões”, destaca Cristiane, da FecomercioSP. “E isso é até menos complicado, porque quase todo o desmatamento na Amazônia é fruto de crime”, prossegue Angelo, do OC. É a boa notícia da boa notícia.

A má é que a Amazônia, por reter a atenção do mundo, acaba sendo uma ilha rodeada por outras destruições, e não é sem motivo que o Cerrado, que corresponde a um quarto do território do Brasil, aumentou paralelamente

as emissões em 23% em 2023. Ecossistema mais crítico do Brasil atualmente, porque boa parte da derrubada de mata nativa ali é “legal”, o bioma viu a sua região desmatada subir incríveis 67% no ano passado, relata o MapBiomas. Uma área de 1,1 milhão de hectares. “É um desafio bem mais complexo. Há até medidas do governo para conscientizar os donos das terras a não destruírem as áreas verdes. Mas se eles estão nos padrões do Código Florestal, não há o que fazer”, adverte Cristiane. Pelas regras atuais, bastante criticadas pelo governo e por especialistas, proprietários de terras no Cerrado podem desmatar até 80% legalmente.

Perto da virada do ano, Costa, do OSB de Belém, estava particularmente perturbado com uma mudança que, originalmente climática, havia transformado um elemento da cultura popular da cidade: a chuva do fim da tarde. “Essas precipitações funcionam como um relógio. Costumamos marcar reuniões, encontros, festas, horário de trabalho, tudo com referência ao antes e depois da chuva. É uma marca nossa”, contava. Há até explicação científica para isso: as nuvens, carregadas de fluxos de umidade, se potencializam com a fortíssima energia do sol da Amazônia, virando precipitação. Mas, naquela época, não chovia na capital paraense desde meados de julho, transformando os córregos em “fiozinhos d’água” na mesma medida que alterava toda a temporalidade social. Em paralelo, as obras da COP seguiam a pleno vapor. “Cidade das águas sem chuva”, dizia o presidente do OSB, na fronteira da ironia com o lamento.

&

# “BRASIL DEVE LIDERAR ESFORÇO POR METAS MAIS RÍGIDAS DE GRANDES EMISSORES.”

Um dos líderes do debate ambiental brasileiro, o físico José Goldemberg, que esteve à frente da pasta do Meio Ambiente do País em 1992, elogia as NDC do Brasil atualizadas para a COP29, mas acredita que ainda é preciso organizar uma série de elementos para materializá-las. Nesta entrevista à PB, o presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP defende que a presidência brasileira na COP30 deve priorizar esforços para que grandes emissores do planeta – a China e os Estados Unidos, principalmente – comprometam-se com mais intensidade na luta contra o aquecimento global.



**APONTE A CÂMERA DO  
CELULAR PARA O CÓDIGO  
QR E CONHEÇA A AGENDA  
VERDE DA FECOMERCIO-SP**

Qual é a principal contribuição que o Brasil pode dar ao mundo do ponto de vista ambiental?

*Preservar a Amazônia e investir em energias renováveis. Se conseguir reduzir o desmatamento, consolidando ainda iniciativas como o sistema de comércio de emissões [o recém-criado Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE)], o País pode firmar uma posição de modelo para nações em desenvolvimento e de interlocutor na transição energética global.*

Como o senhor avalia as atualizações das metas brasileiras?

*São ambiciosas e factíveis, desde que combinadas com políticas consistentes, investimentos em tecnologias de baixo carbono e cooperação internacional. Zerar o desmatamento ilegal até 2030, por exemplo, depende de fiscalização e de incentivos econômicos para manter a vegetação em pé. No caso das emissões, é preciso ampliar o uso das energias renováveis, sobretudo no transporte de carga e de passageiros — além de, claro, investir na industrialização verde.*

Quais devem ser as prioridades do Brasil na COP30, em novembro?

*Penso que o Brasil tem de liderar esforços para que grandes emissores, como China e Estados Unidos, assumam metas mais rígidas de redução de emissões. Em paralelo, esses emissores precisam entrar de maneira mais significativa no financiamento climático.*

Nesse sentido, como o senhor vê essa demanda de pelo menos US\$ 1,35 trilhão dos países mais ricos para o Sul Global?

*É justa. O problema é que não se trata apenas de valor, mas da forma de alocação do recurso. Apenas 30% do financiamento climático atual são concedidos sob condições favoráveis, e o restante trata-se de empréstimos que só sobrecarregam países já endividados. Se esse dinheiro for destravado, terá que ser destinado a meios de fazer a transição para energias renováveis e para combater o desmatamento.*

Qual é o anseio da FecomercioSP ao lançar uma agenda verde?

*As atividades comerciais e de serviços são pequenas emissoras em comparação com outros setores. Nós queremos que as empresas que representamos sejam vendedoras de créditos de carbono e, assim, possam obter renda ajudando, em paralelo, a reduzir as emissões. Mais do que isso, queremos contribuir para a consolidação do Brasil como liderança na pauta climática global. É a nossa hora.*





# INFÂNCIA, ALICERCE DO FUTURO

O que acontece com crianças na primeira infância, fase que vai até os seis anos, deixa marcas para toda a vida. Durante esse período do desenvolvimento, as novas conexões cerebrais ocorrem em um ritmo de até 1 milhão por segundo, taxa que nunca mais se repetirá ao longo da vida. Isso significa que o cérebro está altamente sensível a experiências sensoriais, emocionais, sociais e cognitivas — e essas vivências vão moldar o cérebro e todo o corpo de forma permanente.

Nesse período tão especial, costuma-se dizer, abrem-se muitas janelas de oportunidades. Afinal, um desenvolvimento adequado — mental, emocional, social e físico — nos primeiros anos cria as bases do desempenho intelectual, uma melhor regulação emocional, mais integração social e saúde física até a velhice. Contudo, quando faltam as oportunidades, as consequências negativas limitam o futuro dessas crianças e, de forma ampla, o potencial de toda a sociedade.

São inúmeros os estudos que provam que o investimento na primeira infância é a medida mais eficaz para combater a desigualdade social e reduzir a pobreza. Foi com pesquisas que conectaram acontecimentos desse período com condições de vida de pessoas adultas que James Heckman recebeu o prêmio Nobel de Economia em 2000. Ele comprovou que, a cada US\$ 1 aplicado na primeira infância, US\$ 7 retornam para a sociedade. Mais recentemente, em uma pesquisa publicada em 2021, Heckman mostrou que, aos 54 anos, indivíduos que tiveram educação pré-escolar de qualidade superaram em cerca de 80% seus pares em saúde e indicadores sociais — e ganhavam, em média, US\$ 10 mil a mais por ano.

## EVASÃO ESCOLAR EM FOCO

No entanto, não é apenas o acesso à educação que conta. Uma pesquisa da Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira (IAPB) estimou, por exemplo, o efeito de fornecer óculos a crianças com problemas de visão a partir dos cinco anos. Sem o objeto, os pequeninos até frequentam a escola, mas não aprendem devidamente. O resultado não deixa dúvidas: aqueles que recebem os óculos têm, ao longo da vida, uma renda, em média, 78% superior às que precisavam e não receberam.

O Brasil também tem os próprios dados, que apontam relações claras entre dificuldades nos primeiros anos de vida com piores níveis de aprendizado e desenvolvimento pleno no futuro. O acesso a saneamento básico afeta o quanto as crianças aprendem na escola e, por consequência, as suas oportunidades profissionais mais tarde. Um estudo encomendado pelo Instituto Trata Brasil identificou atrasos no ensino ligados às faltas de esgoto, água tratada e banheiro. Usando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a pesquisa concluiu que, ao terminar o ensino médio, um jovem que morava num local sem saneamento tinha um atraso escolar de 1,8 ano em relação a outro que teve acesso a essa infraestrutura. Só isso já provoca uma queda de 12,7% na renda futura.

O atraso na aprendizagem, que acaba nunca repostado, acontece porque, em locais sem saneamento, a população sofre muito mais com a incidência das chamadas doenças de veiculação hídrica, como dengue, cólera ou diarreia, o que derruba a frequência nas creches, pré-escolas, escolas e outras atividades. “Ao se elevarem as chances de ocorrência de enfermidades, a falta de saneamento leva ao absentismo nas aulas, interferindo na escolarização e no desempenho das crianças”, explica Luana Pretto, presidente-executiva do Trata Brasil.

texto LUCIANA ALVAREZ | ilustração ALBERTO LINS

Universalizar o saneamento no Brasil é, portanto, uma ação decisiva para o futuro, uma das chaves contra a perpetuação da desigualdade. “Mais de 6,6 milhões de crianças de até seis anos — o equivalente a quase a população do Paraguai — são afastadas da escola, ao passo que cerca de 300 mil são internadas todos os anos por doenças relacionadas à falta de saneamento básico. Crianças de até 11 anos sem saneamento não conseguem identificar as horas em um relógio ou calcular um troco”, exemplifica Luana.

Os dados sobre falta de óculos ou de saneamento comprovam que questões sociais, econômicas, de saúde e de educação estão profundamente interligadas quando se trata do bem-estar na primeira infância. “Além de saúde e nutrição adequadas, afeto, estímulo, oportunidades de aprendizagem e segurança são fundamentais para garantir uma infância saudável, que permita a cada criança alcançar o seu potencial”, explica Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), que trabalha com a primeira infância.

#### FATORES INTERLIGADOS

Falar sobre desenvolvimento da primeira infância implica, portanto, pensar em diversas áreas conjuntamente. O Nurturing Care Framework, um modelo elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), enfatiza a importância de cinco domínios: boa saúde; nutrição apropriada; oportunidades de aprendizado desde o início da vida; proteção e segurança; e

cuidados responsivos. “A criança pode ter comida, mas se não tiver educação de qualidade, atendimento de saúde satisfatório, formação de vínculo e estímulos, ela não se desenvolverá. Precisamos de uma estratégia totalmente conectada. E cuidar da primeira infância demanda cuidar de todos os adultos responsáveis por essa criança e, portanto, da sociedade”, argumenta Mariana. Essa complexidade desafia, sobretudo, países como o Brasil, onde os índices de desigualdade e de pobreza ainda assustam. O País tem 18,1 milhões de crianças de zero a seis anos e, destas, 10 milhões (55%) vivem em famílias pobres, com renda per capita de até meio salário mínimo, resalta a CEO da FMCSV. “Não podemos ser deterministas, mas as crianças em situação de vulnerabilidade social tendem a ter menos chances de se desenvolverem plenamente”, afirma.

A universalização do acesso a creches conectaria vários dos tópicos apontados por especialistas. Além dos estímulos e do contato social, a creche garante alimentação de qualidade para os alunos e dá às mães disponibilidade de tempo para obterem emprego e renda. Contudo, das famílias entre as 20% mais pobres, apenas 31% das crianças de até três anos frequentam creches — em contraste com 56% dos indivíduos da mesma faixa etária de famílias entre as 20% mais ricas. “A pobreza gera um ambiente estressor para as mães e para os próprios filhos. Há uma série de violações que a criança vulnerabilizada sofre e que podem afetar diretamente o seu desenvolvimento”, alerta Mariana. Todos os bebês e todas as crianças devem ter assegurados, agora, seus direitos a saúde, alimentação, lazer, educação e segurança. “Mais do que olhar para o futuro, é preciso lembrar que a criança é um sujeito de direito. Como estabelece a Constituição Federal, no artigo 227, ela deve ser prioridade absoluta”, pontua a CEO da fundação.

---

**“ALÉM DA SAÚDE E DA NUTRIÇÃO, AFETO,  
ESTÍMULO E OPORTUNIDADES DE  
APRENDIZAGEM SÃO FUNDAMENTAIS  
PARA GARANTIR UMA INFÂNCIA  
SAUDÁVEL QUE PERMITA A CADA CRIANÇA  
ALCANÇAR O SEU POTENCIAL.”**

---

MARIANA LUZ, CEO da Fundação  
Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV)



## O FUTURO É AGORA

Naercio Menezes Filho, economista e pesquisador no Insper, sempre se interessou por estudar desigualdade de renda e pobreza. Foi assim que, nos anos 2000, passou a focar a sua pesquisa em questões educacionais, comprovando com estatísticas que pessoas que faziam ensino médio e superior no Brasil ganhavam mais — mas eram, proporcionalmente, poucas. “De lá para cá, a escolaridade expandiu-se, mas a desigualdade manteve-se, porque há jovens que terminam o ensino médio tendo aprendido muito pouco. Fui caminhando para a origem do problema, para o atraso na alfabetização, e cheguei até a primeira infância”, conta Menezes, sobre a trajetória até se tornar diretor do Centro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância (Cpapi).

O economista enfatiza que, como país, o Brasil precisa pensar numa estratégia ampla em que todas as crianças desenvolvam-se na primeira infância a fim de adquirirem as bases necessárias para aproveitar as oportunidades futuras. “Não adianta ter vaga na creche e sofrer violência doméstica. Ou receber o Bolsa Família e não conseguir atendimento de saúde”, opina. Segundo Menezes, a regulamentação do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), prometido pelo governo Lula, pode ser benéfica. “A ideia-base do plano é positiva ao abordar de forma integrada os programas e dados, reunindo ações de todos os ministérios”, avalia.

Embora possa parecer politicamente desinteressante investir em um objetivo com resultados em tão longo prazo, Menezes garante que os primeiros frutos de um bom trabalho logo poderão ser percebidos. “Se investirmos hoje, os primeiros benefícios na escola chegarão em curto prazo. Metade das crianças não se alfabetiza até os oito anos, o que prejudica toda

a escolaridade futura. Entretanto, se elas estiverem em um ambiente estimulante e saudável, com estratégia de saúde e acesso a creches, em três anos já apresentarão melhor desempenho na escola — e, depois, vão deslanchar para a vida inteira até a aposentadoria”, defende.

Por mais que seja um investimento certo para o futuro, André Sacconato, economista e assessor da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), também sinaliza que ações na área podem render frutos políticos imediatos. “A primeira infância tem uma externalidade positiva. Se houver investimentos em creches e unidades de atendimento especial de Saúde, os efeitos serão visíveis imediatamente”, garante. Até sob o ponto de vista de encontrar patrocinadores privados, programas para essa fase do desenvolvimento têm boas chances de retorno. “Seria uma vantagem, porque cai bem para as empresas ter o nome associado à primeira infância”, ressalta Sacconato, lembrando que o cuidado começa ainda na gestação, com acesso adequado aos cuidados pré-natais, por exemplo.

O economista alerta, ainda, que o tema é tão importante que não pode ser deixado de lado em nome de demandas aparentemente mais urgentes. “Se não cuidarmos desse período da vida, depois nada vai adiantar. Essas crianças podem ter a melhor escola lá na frente, mas vão perder parte importante do desenvolvimento da capacidade cognitiva e das habilidades ligadas ao relacionamento interpessoal e à inteligência emocional”, destaca. Sacconato também recomenda que haja mais visibilidade social sobre a importância da infância. “O governo pode promover programas educativos, com visitas domiciliares, por exemplo. Mas o assunto precisa estar presente também na televisão, nas redes sociais. E não só para os pais, mas para os vizinhos, os tios, os amigos”, sugere.

Sem poder esperar por um aumento de receitas no futuro ou pela criação de novas fontes de arrecadação para investir na primeira infância, o Brasil pode reformular políticas sociais atuais com foco nessa fase da vida. “O Bolsa Família é o programa com maiores retornos social e econômico para o País, um exemplo para o mundo. Quem precisa dele deve continuar recebendo, mas estendeu-se muito depois da pandemia e, agora, precisa de uma reestruturação”, propõe o economista. De fato, houve uma mudança no patamar de gastos a partir de 2022, e o custo do programa aumentou quatro vezes em comparação a 2021, chegando a R\$ 160 bilhões em 2023. “Se houver um pente-fino e o Bolsa Família for destinado para quem realmente necessita, teremos como investir na primeira infância”, conclui Sacconato.

&

**700 FRASES  
QUE TRADUZEM  
O PAÍS**

**UM  
BRASIL**  
EDIÇÃO ESPECIAL 10 ANOS

”

# QUANTOS BRASIS VOCÊ ENCONTRA EM UMA PÁGINA? E EM 377?

---

Ao longo dos 10 anos do Canal UM BRASIL, realizamos cerca de 600 entrevistas em busca de respostas sobre o País.

Para comemorar essa década de descobertas, lançamos e produzimos um livro com 700 frases que resgatam a essência das nossas conversas.

A publicação ultrapassou fronteiras e, em julho deste ano, conquistou Bronze no Prêmio Lusófonos da Criatividade, na categoria Sustentabilidade/ Problemas Sociais, em Lisboa.

Você também pode mergulhar em todas as histórias — e em todos os Brasis — que as páginas do livro revelam.

BOAS LEITURAS!



UTILIZE  
O CÓDIGO QR  
E BAIXE O  
SEU EXEMPLAR  
GRATUITO

UM  
BRASIL  
10 ANOS

O PAÍS ANALISADO  
EM ENTREVISTAS  
QUE FAZEM  
HISTÓRIA



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP | sesc senac



## Ferramenta para formar cidadãos

Brasil e Portugal têm mais em comum do que a língua. O país europeu universalizou o ensino, mas ainda se depara com problemas de qualidade e formação de professores. É o que conta David Justino, professor catedrático na Universidade Nova Lisboa e ex-ministro da Educação. Defensor dos exames de avaliação estudantil, ele acredita que apenas com dados concretos (e públicos) é possível formular políticas eficientes. Segundo o catedrático, o sistema de ensino é uma ferramenta para formar cidadãos — e a tecnologia pode auxiliar no processo, sem abrir mão do principal ator: o professor.

## CALDEIRÕES URBANOS

Que o mundo está mais quente todo mundo já sentiu, mas a falta de áreas verdes torna o calor, em algumas regiões, ainda maior — e perigoso. Onde as árvores deram lugar ao asfalto, a sensação beira o insuportável. São as ilhas de calor. Em Paraisópolis, a segunda maior comunidade da capital paulista, os moradores convivem com temperaturas até 9°C mais altas do que as do bairro vizinho, Morumbi, segundo dados da Universidade Mackenzie. O calor intenso não somente é desconfortável como também se apresenta um perigo à saúde: estima-se que quase 50 mil brasileiros morreram por causa das temperaturas elevadas entre 2000 e 2018.

## Teste de resiliência

O ano de 2025 pede um equilíbrio delicado. Por um lado, a economia carrega a força da recuperação recente e a capacidade de gerar empregos. Por outro, os entraves estruturais, principalmente nos campos fiscal e monetário, põem em xeque a sustentabilidade desse crescimento, indicando um cenário de precaução. A conclusão é do presidente em exercício da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Ivo Dall'Acqua Júnior, em artigo no qual analisa pontos fortes e fracos da economia nacional.

## Vale a pena ver de novo

Um jogo de futebol nem sempre é farto em gols, mas não existe lance polêmico sem ele: o replay. O que poucos sabem é que a ideia de repetir uma cena da partida surgiu no Brasil, na extinta TV Tupi. Apesar de não haver uma data precisa, o que se sabe é que o recurso surgiu ao longo da temporada futebolística de 1963. O autor do conceito foi o narrador Walter Abrahão (1931–2011), cuja prática ganhou o nome de bilance. Desde então, as transmissões esportivas nunca mais foram as mesmas.





# FARMÁCIA NATURAL

texto GUILHERME MEIRELLES

A FARTA VARIEDADE DE  
ESPÉCIES AMAZÔNICAS ATRAI  
CIENTISTAS DE TODO O MUNDO  
PARA O POTENCIAL CURATIVO  
DESSAS PLANTAS. CONTUDO,  
A FORÇA DA SELVA PODERIA,  
TAMBÉM, SER CAMINHO  
PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO.

No ano em que receberá a COP30 no coração da Amazônia, o Brasil corre contra o tempo para apresentar ao planeta iniciativas ligadas à sua rica biodiversidade, composta por 46.975 espécies diferentes de plantas nativas e 8.333 de árvores, segundo a plataforma online *Flora do Brasil 2020*, que conta com dados coletados e validados por 979 pesquisadores de 224 instituições em 25 países. Com tamanha exuberância, era esperado que o Brasil fosse uma potência no processamento de plantas medicinais e produção de medicamentos fitoterápicos, mas a ausência de estratégias públicas e a falta de interesse do capital privado colocam o País em uma posição pífia, segundo estudo do Instituto Escolhas.

De acordo com a consultoria indiana Fortune Business Insights, o mercado mundial de fitoterápicos foi avaliado em US\$ 216,4 bilhões em 2023, com projeção para alcançar US\$ 437 bilhões em 2032. Atualmente, a participação brasileira é de apenas 0,1% desse montante, com faturamento de US\$ 173 milhões registrados em 2022, segundo dados do *Anuário estatístico do mercado farmacêutico*, divulgado pela Anvisa em 2023. “Há um desprezo histórico quanto ao potencial de divisas dos medicamentos fitoterápicos. Hoje, esse mercado depende das exigências sanitárias do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), quando o condutor deveria ser o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que prometeu uma estratégia nacional para estruturar a cadeia de produção de fitoterápicos no Plano de Ação Para Neointustrialização, no começo de 2024. Até agora, nada foi cumprido”, adverte Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas.

### TIPO IMPORTAÇÃO

Para o consumidor de fitoterápicos, basta uma visita a uma farmácia para constatar a esmagadora presença nas prateleiras de produtos à base de ginseng, maca-peruana, kava-kava, castanha-da-índia e ginkgo biloba, entre outros extratos — todos de origem estrangeira. Maior indústria nacional do setor, no qual atua há 40 anos, a paranaense Herbarium tem uma produção mensal de 1,435 milhão de unidades, com cerca de 50 produtos em linha, entre cosméticos e medicamentos. “Praticamente todos os nossos extratos são trazidos de fora. Não temos parceria com qualquer associação ou comunidade da região amazônica”, lamenta Cristina Dislich Ropke, diretora técnica da Herbarium. Os motivos, porém, não estão no preço ou no câmbio, como normalmente ocorre em outros setores produtivos. “O rito regulatório da Anvisa para os fitoterápicos é até mais rigoroso do que para os medicamentos sintéticos”, detalha. No momento, apenas três plantas brasileiras estão aptas a serem comercializadas em escala industrial, de acordo com os padrões de segurança da Anvisa: a espinheira-santa (indicada para gastrite e indigestão), o guaco (para gripes e problemas respiratórios) e a unha-de-gato (para doenças reumáticas e musculares em idosos). Apenas a terceira é endêmica da região amazônica. “Mas há o risco de ela sair da lista, em razão de novos estudos que ainda não atestaram a segurança toxicológica da planta como medicamento”, pondera a diretora.

Segundo Cristina, os extratos importados são de vegetais usados há séculos em seus respectivos países, com estudos científicos que comprovam a eficácia. Um dos carros-chefes da Herbarium é a kaloba, indicada para tratamento de infecções agudas respiratórias causadas por vírus, como resfriado, sinusite e bronquite não alérgica. O seu princípio ativo é a *Pelargonium sidoides*, uma planta originária da África do Sul,

utilizada na medicina popular desde o século 17. Em razão das travas regulatórias, surgem situações, no mínimo, inusitadas. “O Brasil tem se tornado importador de extratos e insumos da cadeia produtiva, com déficits comerciais em torno de R\$ 2 bilhões anuais”, pontua Leitão, do Instituto Escolhas. Ele cita o jaborandi, planta abundante na Região Nordeste e usada em cosméticos, mas sem a aprovação da Anvisa para medicamentos. “Temos uma farmácia disponível no quintal, porém exportamos o jaborandi para que seja extraída de suas folhas a pilocarpina, insumo usado na produção de um colírio para tratamento de glaucoma, que retorna importado.”

### ACESSO UNIVERSALIZADO

Criada em 2006, a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos nasceu com objetivos grandiosos: garantir acesso seguro a esses itens para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com a promoção de práticas populares e tradicionais de uso caseiro, incluindo a agricultura familiar nas cadeias produtivas, além do fomento à pesquisa no setor. Em setembro de 2024, o Ministério da Saúde informou que investiu R\$ 44 milhões em plantas medicinais, com a meta de atingir, inicialmente, 1.841 municípios e, até 2027, todas as cidades brasileiras. Em 2023, o investimento havia sido de R\$ 8,5 milhões.

Em 2009, os fitoterápicos chegaram ao SUS por meio do Programa Farmácia Viva, uma iniciativa pioneira criada na década de 1980 por José de Abreu Matos, professor na Universidade Federal do Ceará (UFC). O programa consiste em estabelecer e acompanhar todas as etapas necessárias para a produção de fitoterápicos, que incluem o cultivo de espécies medicinais, coleta, processamento, armazenamento, manipulação dos ativos e distribuição, com as devidas orien-

---

**“Temos uma farmácia disponível no quintal, mas exportamos o jaborandi, que é transformado em extrato para a produção de colírio para glaucoma, que retorna importado.”**

---

SÉRGIO LEITÃO, diretor-executivo do Instituto Escolhas

tações de uso. O Farmácia Viva no SUS segue o modelo das práticas integrativas e complementares aos métodos da medicina alopática, como a acupuntura e a homeopatia. Os resultados estão nas reduções do consumo de medicamentos e de tempo de internação.

Wagner Luiz Ramos Barbosa, professor na Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e membro da Academia Brasileira de Ciências Farmacêuticas, observa que as intenções do programa são boas, mas o Farmácia Viva tem se mostrado pouco eficiente na prática. “Em 2024, a dotação inicial do Ministério da Saúde foi de R\$ 11 milhões, mas caiu para R\$ 5,5 milhões por causa das faltas de estrutura e mão de obra qualificada nas prefeituras. Fitoterapia não é massoterapia, técnica na qual basta treinar um profissional”, compara Barbosa. De acordo com o pesquisador, quando se trata de plantas, é necessário haver estratégias específicas para cada município que contemplem as plantas a serem priorizadas, a finalidade de cada uma e as técnicas de cultivo, armazenamento e processamento. Essa metodologia não é de responsabilidade das prefeituras, mas de políticas federais que envolvam o Ministério da Saúde. No entanto, completa o professor, há exceções. A Prefeitura de Toledo, no Paraná, por exemplo, adotou o uso da calêndula no tratamento de feridas graves resultantes de úlceras, queimaduras e hanseníase, capacitando funcionários e criando um ambulatório especializado para atendimento dos pacientes pelo SUS.

Atualmente, o programa Farmácia Viva oferece 13 fitoterápicos e plantas medicinais, nem todas de origem nativa: alcachofra, aroeira, babosa, cáscara-sagrada, espinheira-santa, guaco, garra-do-diabo, hortelã, isoflavona de soja, plantago, salgueiro e unha-de-gato. Para acesso

pelo SUS, os produtos necessitam de prescrição médica. E, aí, surge outro gargalo — o Conselho Federal de Medicina (CFM) não reconhece a fitoterapia como uma especialidade médica. “Ministrei aulas por um ano na Faculdade de Medicina da UFPA, e os alunos ficaram fascinados, mas há uma pressão muito forte dos propagandistas dos grandes laboratórios internacionais. A fitoterapia deveria fazer parte não só da grade da Medicina, mas também da Fisioterapia. Pela complexidade do tema, deveria ser ensinada em pelo menos cinco semestres”, argumenta Barbosa.

#### DO PARÁ PARA O MUNDO

Referência nacional na pesquisa de fitoterápicos, a UFPA pretende apresentar, na COP30, dez estudos em fase avançada de testes que incluem, principalmente, extratos vegetais, óleos vegetais e bio-óleos de uxi, pupunha e inajá. Essas espécies apresentam bons resultados no tratamento de doenças infecciosas e contagiosas, como leishmaniose e Doença de Chagas. “Estudamos plantas da região, mas não necessariamente endêmicas da Amazônia, como o ajuru, usado no tratamento de diabetes, uma planta que cresce por aqui em regiões litorâneas, mas existe em outros países”, explica Barbosa. Segundo o professor, falar em plantas inovadoras

amazônicas é “um fetiche, cuja única consequência é a disparada de preços no mercado”, lembrando do açaí, um alimento local que registrou uma alta de preços após virar moda em outros centros. “Plantas medicinais e fitoterápicos devem priorizar o mercado interno, não são commodities”, afirma.

Em Manaus, capital do Amazonas, também de olho na COP30, o MDIC investiu R\$ 11 milhões na ampliação, modernização e reestruturação do CBA, antigo Centro de Biotecnologia da Amazônia que, desde 2023, passou a ser Centro de Bionegócios da Amazônia. “Temos dialogado com populações locais e povos originários para entender as diretrizes e intervenções mais apropriadas. Há uma tese que defende a impossibilidade de escalar economicamente produtos amazônicos, pela falta de mão de obra e de beneficiamento, mas precisamos entender a socio-biodiversidade e a lógica de produção para poder atingir alguns mercados. Aí, entram os fitoterápicos, como hoje ocorre com o artesanato”, conta Andrea Lanza, diretora de Bionegócios do CBA, acrescentando que os contatos iniciais apontam para um potencial de negócios nas comunidades próximas aos rios Purus e Madeira, que promovem a extração da andiroba e da copaíba. “Os recursos vão permitir a promoção de pesquisas de longo prazo”, esclarece.

Há 20 anos, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), o CBA investiga a aplicação dos sucos à base de açaí e bacaba no tratamento de aterosclerose e obesidade. Os estudos iniciais revelam que as frutas são ricas em compostos antioxidantes que atuam na quebra de células lipídicas do organismo. Por enquanto, não há um prazo definido para a conclusão da pesquisa, além de estudos e apreciação da Anvisa.

## LONGE DA PONTA

Entretanto, a integração da cadeia produtiva à agricultura familiar ainda é pontual. Em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil), a SOS Amazônia lançou o projeto Fitoterápicos da Amazônia. Por meio de edital, foram selecionadas quatro organizações de agricultores familiares e extrativistas dos Estados do Pará e do Amapá, que receberam R\$ 50 mil cada. “É um grande desafio. A comunidade científica precisa produzir mais monografias para despertar a atenção do governo e atrair investimentos das indústrias para a região”, defende Adeilson Lopes, coordenador do Programa de Negócios Florestais Sustentáveis da SOS Amazônia. Segundo ele, os recursos são voltados para a expansão produtiva e a melhoria da qualidade dos produtos oriundos das plantas medicinais, como andiroba, copaíba e jaborandi. “Com isso, crescem as possibilidades de acesso ao mercado. Juntas, as organizações contempladas poderão faturar cerca de R\$ 2 milhões ao ano, só com as cadeias de plantas”, afirma o coordenador.

&



## NÃO É SÓ 'UM CHAZINHO'

Plantas medicinais têm princípios ativos como qualquer medicamento. A diferença é que os remédios convencionais são, na maioria, sintéticos, enquanto os fitoterápicos vêm da natureza. Por isso, esses fármacos devem sempre ser usados sob orientação de um especialista. Segundo a cartilha de orientações da Anvisa, as plantas medicinais são aquelas capazes de aliviar ou curar enfermidades e que tenham tradição de uso. Já os fitoterápicos são tecnicamente elaborados e constituídos por substâncias padronizadas e controladas, com segurança, eficácia e qualidade conhecidas. “É preciso ter em mente que nem tudo o que vem da natureza faz bem para a saúde. Até mesmo os chás de hortelã e canela produzem reações adversas”, alerta a médica Jackeline Barbosa, vice-presidente da Área Médico-Científica da Herbarium.

# INFLAÇÃO ALTA DESAFIA POLÍTICA ECONÔMICA

Em 2024, projeta-se que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tenha crescido próximo dos 3,5%, gerando impactos positivos sobre o mercado de trabalho tanto em termos de geração de emprego — os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam a criação de 1,7 milhão de vagas com carteira assinada no ano passado — como de aumento de salários, já que a massa real de rendimentos subiu 6%. Trata-se de um crescimento relevante, mas acompanhado de maiores pressões inflacionárias, o que expõe a dificuldade da economia brasileira em sustentar esse crescimento.

Na realidade, a inflação foi o ponto de atenção no desempenho da economia no último ano. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 4,83%, superando o teto da meta, de 4,5%. E as previsões do boletim *Focus* indicam que esse teto será novamente ultrapassado em 2025, com uma taxa ainda mais elevada, de 5,51%. Vale lembrar que, semanalmente, as expectativas dos agentes do mercado ouvidos pelo relatório vêm se deteriorando.

Embora a aceleração do ritmo de aumento dos preços possa ser atribuída, em parte, às condições climáticas, a principal causa está associada ao excesso de demanda causado pela expansão dos gastos públicos. O crescimento do PIB acima de 3%, nos dois últimos anos, esgotou a capacidade ociosa que existia na economia. Esse cenário, associado aos baixos níveis de investimento e ampliação da demanda, “bateu”, de forma inevitável, nos preços.

Além da elevação de gastos já iniciada no governo anterior, a PEC da transição colocou o a despesa pública em patamar ainda mais elevado no ano passado — e a tendência seguiu expansionista. Alguns números reforçam esse argumento: os custos com o Bolsa Família subiram 350% em termos reais, entre o início de 2022 e o fim de 2024. No mesmo período, precatórios subiram 153%. Essas transferências de renda impactam a demanda e, por consequência, o mercado de trabalho, amplificando os seus efeitos. É importante observar que os programas sociais de transferência de renda podem trazer reflexos positivos para a sociedade desde que estejam



consistentes com a capacidade de pagamento do setor público. Caso contrário, geram mais inflação e afetam fortemente os segmentos de menor poder aquisitivo, exatamente aqueles que o programa procura beneficiar.

Dessa forma, como a política fiscal é expansionista, o Banco Central, para cumprir a meta de inflação, tem de elevar fortemente as taxas de juros, até mesmo porque este acaba sendo o único instrumento de controle inflacionário. A elevação dos juros amplia o déficit nominal do setor público, pressionando perigosamente a relação entre a dívida e o PIB, que já se encontra perto de 80% — contra 71,7% no fim de 2022. Como consequência, o risco-país subiu de 132,5 pontos, em dezembro de 2023, para 205 pontos, no fim de 2024.

O que se observa, de fato, é uma inconsistência da política econômica, com as despesas públicas acelerando a demanda e o Banco Central tentando reduzi-la. A manutenção desse quadro pode levar a uma situação de “dominância fiscal”, na qual a política monetária perde efetividade na tarefa de controlar a inflação. Elevar a taxa básica de juros passa a ser insuficiente nesse combate, servindo apenas para pressionar a dívida pública. O resultado pode ser um quadro de estagflação, unindo inflação em alta e atividade econômica em retração. Na realidade, o grande impasse da política econômica do governo é mudar o seu “mix”, com a adoção de uma política fiscal contracionista — que, de fato, reduza os gastos públicos —, o que permitiria cortes nos juros, apreciação cambial e um controle menos custoso da inflação. A visão de que “gasto é vida” é totalmente inapropriada, principalmente nessas circunstâncias. A resistência da ala política do governo em reduzir os custos, se mantida, vai impor um elevado dispêndio à sociedade brasileira.



**ANTONIO LANZANA,**  
*presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)*



## DUAS UNANIMIDADES MUITO ALÉM DO CENTRÃO

Consagrando, de forma praticamente unânime, a imagem de si mesmo de ser um corpo político único e indivisível, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal iniciam a segunda parte da atual legislatura impondo consenso aos dois outros poderes. Com discursos parecidos de exaltação dos interesses das duas casas e de “garantia de nossas prerrogativas e defesa de nossa imunidade parlamentar”, os presidentes eleitos entoaram para o plenário o canto litúrgico da maioria estrondosa que arregimentaram — à direita, ao centro e à esquerda. Via sacra conturbada das procissões antigas que tanto levaram (e continuam a levar) políticos a serem processados por mau uso do orçamento público e das próprias verbas pessoais de gabinete.

A impressão que predomina na sociedade sobre a forma de funcionar do parlamento não muda. Diante do domínio dos interesses privados dos próprios membros, com mais de uma centena de deputados e senadores envolvidos em inquéritos que apuram manipulação de verbas do orçamento secreto, contraditoriamente, este é o momento mais forte do parlamento desde a Constituinte. Dois homens que souberam compensar a inexperience histórica com a habilidade conjuntural que os faz vencedores. Souberam interpretar bem a deslegitimidade de poder moderador que o Supremo Tribunal Federal (STF) se deu ao dissolver o poder colegiado e tolerar de cada ministro uma sentença. Alcolumbre e Motta prometem continuar a obra de ampliar os poderes da ação parlamentar.

É um claro cenário de afirmação do novo republicanismo do Norte-Nordeste, supraideológico e pluripartidário, muito além do Centrão. Um movimento que capturou as dinastias familiares e as oligarquias partidárias, consagrando a tríade formada por clientelismo, bastidor e patrimonialismo.

Muito se aproveitou da dificuldade de o Executivo decidir sem conflito, com clareza e unidade, apostando na divergência política. Cooptado o governo, torna mais difícil ao presidencialismo (e ao presidente) liderar a agenda da Nação e o controle da execução do orçamento. A consequência é ver o eixo da governabilidade se deslocar do Palácio do Planalto para as mesas do Congresso, com comissões permanentes e frentes parlamentares funcionando em máxima rotação.

O Estado da União se enfraquece por culpa de autoridades que querem o conformismo social e a aceitação política sem se dar conta do novo conceito de território nacional e as novas conexões entre políticos e cidadãos. Vivemos em uma sociedade multidimensional, em que tudo se expressa na competição digital predadora, que recebe mais informação das redes sociais do que das instituições públicas, incapazes de produzir valores universais que se contraponham ao individualismo e ao egoísmo social. O Poder Público vai perdendo a primazia frente às novas soberanias trazidas pelo comércio internacional e pelas evoluções da comunicação, da tecnologia e das novas manias pregadas por “gênios” das interações. Cada vez mais a alma da lógica política nas instituições do Estado são os sistemas individuais fechados, nos quais não há um corpo político e jurídico impessoal que expresse a soberania coletiva e a previsibilidade das decisões, própria do papel de entidade do interesse geral. E quando o poder impõe à sociedade obrigações que o próprio não cumpre, as suas razões não se tornam exemplares.

Em suma, observando essa ordem política irracional e personalíssima — em que o poder é mais a relação pessoal do que o direito e a igualdade de todos perante a lei —, é possível compreender a conjuntura política atual e seus desdobramentos.



PAULO DELGADO,  
*sociólogo, cientista  
político e diretor na  
FecomercioSP*



# EMPRESAS PELA DIVERSIDADE

As empresas estão menos diversas do que deveriam. Embora tenhamos avançado na primeira década dos anos 2000, com práticas e políticas de inclusão, ainda lidamos com um ritmo lento de progressão. Essa é uma triste realidade constatada ao entrevistar diversos CEOs para o levantamento Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas 2023–2024, uma das pesquisas de maior impacto que trata da diversidade corporativa no País, lançada recentemente pelo Instituto Ethos. Mas, se sabemos que o termômetro de inclusão nas empresas brasileiras pouco tem se alterado, o que falta para acelerarmos e dar um passo adiante?

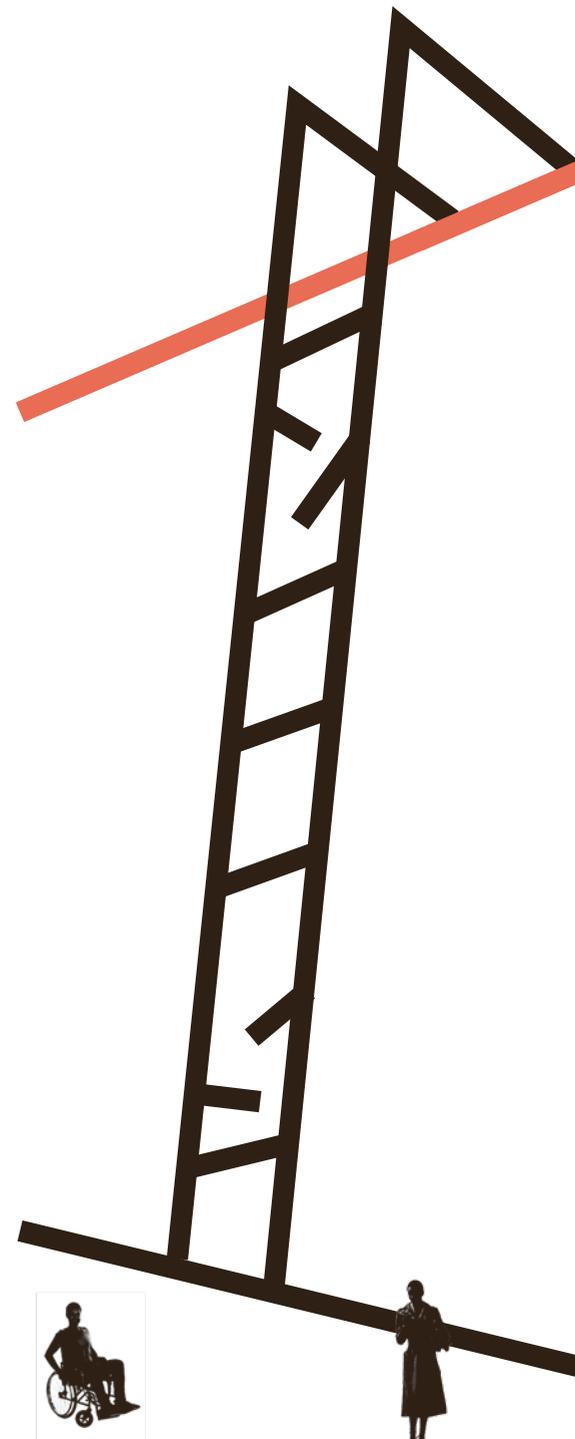
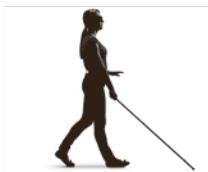
A responsabilidade dos negócios frente aos desafios e às oportunidades de transformação e inclusão no Brasil é enorme. E o papel das suas lideranças é essencial para essa mudança. Com diversas empresas pelo País e 100 milhões de trabalhadores ocupados, de acordo com o relatório de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgado pelo IBGE, o mercado laboral é um dos setores que mais precisam dessa transformação — e as empresas têm a responsabilidade, e a obrigação, de atuar na inclusão da diversidade.

Dados da pesquisa Perfil evidenciam, também, que há um afunilamento hierárquico, ou seja, um nível de diversidade muito maior nos cargos de entrada, enquanto que em posições de liderança, esse índice cai drasticamente, resultando na invisibilidade dessas diversidades. Esse fenômeno é conhecido como “degrau quebrado”, conforme descreve a psicóloga Monique Stony. Ao analisarmos de forma interseccional o incentivo para a representatividade feminina, percebemos que ainda não avançamos como deveríamos.

O impasse da inclusão de mulheres negras nas empresas, especialmente acima dos cargos de entrada, permanece considerável. Das empresas que desenvolvem políticas ou ações afirmativas desde a contratação, apenas 7,4% estabelecem metas para ampliar a presença de mulheres negras em cargos executivos, demonstrando que, mesmo dentro do grupo feminino, é fundamental trazer a perspectiva interseccional para as análises. Entre a inclusão desejada e a ação efetiva nas companhias, existe uma lacuna que precisamos superar.

Em sua sétima edição, o estudo Perfil, realizado em parceria com o Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), também mostra outro dado alarmante: 85% das companhias não medem a presença de funcionários LGBTI+. A falta de ações estruturadas para promover a inclusão de grupos sub-representados é uma preocupação crescente.

Ilustração: Priscila Gonzaga



## O SETOR PRIVADO TEM A RESPONSABILIDADE, E A OBRIGAÇÃO, DE ATUAR POR UM MUNDO CORPORATIVO MAIS JUSTO E INCLUSIVO

Também precisamos olhar para as Pessoas com Deficiência (PcDs) nas corporações. Ao ser analisada a participação desse grupo por nível hierárquico no levantamento, é possível observar algumas peculiaridades. Nos conselhos de administração, por exemplo, a presença de PcDs é de 8%; no quadro executivo, totalizam 0,7%; e no quadro funcional, 3,5%. Note-se, portanto, que o quadro executivo é um dos níveis hierárquicos em que menos aparecem essa parcela da população — e considerando tratar-se de um espaço de alta liderança, entende-se que essas pessoas estão invisibilizadas nesse ambiente.

Vale lembrar que a ausência de inclusão não é apenas uma questão ética, mas também uma perda de potencial para a transformação. A diversidade traz uma riqueza de perspectivas, gêneros e experiências que, além de reduzir riscos, estimulam a inovação e a criação de novos negócios. Para avançar em direção a um ambiente corporativo mais heterogêneo e igualitário, é fundamental que as empresas adotem políticas integradas e coordenadas, atentando-se às interseccionalidades e promovendo a corresponsabilidade na luta contra as desigualdades — até porque ser uma empresa diversa não é o mesmo que ser inclusiva.

As lideranças ouvidas na pesquisa atribuem a baixa representatividade a três fatores centrais: ausência de programas que estimulem esses profissionais para cargos mais estratégicos; carência de políticas, ações afirmativas e práticas de diversidade e inclusão; e falta de qualificação profissional para os cargos — as mesmas justificativas presentes nas edições anteriores do Perfil. Ainda que haja reconhecimento desses fatores, essa conscientização precisa se transformar em ações concretas. Em vez de criar justificativas para essa falta de inclusão, é preciso promover movimentos que acelerem ações afirmativas. Além disso, é imprescindível estabelecer políticas e práticas transformadoras com metas sólidas que se convertam em atuações efetivas.

Convido todas as empresas e lideranças do Brasil a darem esse passo rumo a um mundo corporativo mais justo e inclusivo, de forma a contribuir para a redução das desigualdades no nosso país. Precisamos agir, e não retroceder.



CAIO MAGRI,  
*diretor-presidente*  
do Instituto Ethos

&



# DOIS SÉCULOS DE LUZ



Foto: ALF RIBEIRO

**Primeira área verde pública de São Paulo,  
o Jardim da Luz completa 200 anos  
cravado em uma região que contrasta  
a deterioração do centro com ícones da  
cultura e arquitetura paulistanas.**

---

texto DENISE MEIRA DO AMARAL TAKEUCHI

Os bosques simétricos à la Versalhes, as estátuas de mármore branco que representam as estações do ano e figuras da mitologia greco-romana, a primeira linha de bonde da cidade (movido a tração animal), uma casa de chá e um coreto em estilo neogótico projetado pelo alemão Maximilian Emil Hehl — o mesmo da Catedral da Sé — dão o tom do que um dia se projetou para o Jardim da Luz, no bairro do Bom Retiro, na região central de São Paulo.

Fundado como horto botânico para ser um viveiro de plantas, em 1800, quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, o parque foi inaugurado em 29 de outubro de 1825 e passou a ser chamado de “Passeio Público”, tendo como inspiração cidades como Londres, Florença e Paris. Ao contrário das praças, ponto de encontro de populares desde a Europa Medieval, os jardins públicos emulavam as áreas verdes privadas da aristocracia. A ideia era “ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir novidades, assistir a apresentações musicais e mostrar filhas na busca de maridos”, conta Hugo Segawa, arquiteto e professor na Universidade de São Paulo (USP), em seu livro *Amor do público — jardins no Brasil*. “Era uma espécie de *footing* [*passeio a pé*] em que as pessoas da elite se encontravam, viam-se, paqueravam. Não era um espaço de lazer, como hoje, mas de relacionamento social”, explica o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki, que lecionou durante a década de 1980 na Faculdade de Belas Artes, que então funcionava na vizinha Pinacoteca.

Com a chegada da primeira estação da Estrada de Ferro Inglesa, em 1867 — convertida em Estação da Luz em 1901 —, o parque passa a receber visitantes de todos os cantos e torna-se palco de grandes eventos. Foi lá a primeira exibição da luz elétrica, em 1883. “O Jardim da Luz foi o grande centro de lazer de São Paulo, era o nosso cartão postal, tão ou mais famoso do que o Parque do Ibirapuera é hoje”, compara Ricardo Ohtake, arquiteto, artista gráfico, presidente do Instituto Tomie Ohtake e autor do livro *Jardim da Luz: um museu a céu aberto*.

No fim dos anos 1920, a cidade ganha o Parque da Água Branca e grande parte das atividades são deslocadas para lá. Até a década de 1990,

o jardim, que praticamente não havia recebido reformas, deteriora-se. Foi somente em 1999, após a chegada de Ricardo Ohtake à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que o antigo ponto de bonde, o coreto, a Casa da Administração e todo o complexo de águas são restaurados.

### NOSTALGIA E ARTE A CÉU ABERTO

Dois séculos depois, o mais antigo parque público do município, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1981, parece ainda manter certa nostalgia de outrora, sendo uma “rara herança colonial presente ainda hoje na cidade”, nas palavras do historiador Carlos Ungaretti Dias, coautor do livro *Jardim da Luz* e coordenador do processo de restauração do espaço na gestão de Ohtake.

Em suas alamedas geométricas e sombreadas por falsas-figueiras, pés de jaca e palmeiras-imperiais, e às margens do famoso lago em forma de cruz de malta, é possível encontrar homens trajando chapéus, grupos tocando viola e idosos repousando nos bancos de madeira ao som das mais das 80 espécies de pássaros catalogadas na área. Como explica Bonduki, o Jardim da Luz é parque histórico, contemplativo, com árvores centenárias, mas também um importante polo de cultura. Repleto de esculturas, é uma extensão da Pinacoteca e parte de um grande complexo cultural que inclui ainda o Museu da Língua Portuguesa, a Sala São Paulo, o Museu de Arte Sacra, o Memorial da Resistência (antigo prédio

do Dops), a Casa do Povo, o Convento da Luz e a Oficina Cultural Oswald de Andrade.

Em uma área com mais de 76 mil metros quadrados e em meio à natureza cercada pela metrópole, quem visita o parque pode apreciar cerca de 40 esculturas de artistas como Lasar Segall, Victor Brecheret e Maria Martins. A chegada do terceiro prédio da Pinacoteca (depois da Pina Luz e da Pina Estação), a Pina Contemporânea, em 2023, totalmente integrada e de portas abertas para o espaço, tem contribuído para um notável aumento do número de visitantes do Jardim da Luz — que conta, hoje, com uma média diária de 6 mil a 7 mil pessoas por dia. “Nosso público está descobrindo o parque, que, além da coleção de obras de arte, é maravilhoso com todo o seu complexo de águas”, enaltece Jochen Volz, diretor-geral da Pinacoteca desde 2017. Ao contrário do prédio da Pina Luz, “inspirado nos moldes de um museu europeu, com uma grande escadaria na frente e fechado, como um *bunker*”, a Pina Contemporânea foi arquitetada para representar o oposto: “Passeando pelo parque, de repente nos deparamos com uma escultura do Tunga sem sequer perceber que estamos em um museu”, compara Jochen.

### ALAMEDAS DE DIVERSIDADE

Pela manhã, cerca de 70% dos visitantes do parque são da terceira idade, com destaque para a comunidade coreana, que joga *badminton*, além de policiais militares em rotina de treinos. No almoço, trabalhadores do comércio do entorno



Lago em formato de cruz de malta e suas estátuas de mármore branco, o coração do Jardim da Luz

Foto: Acervo Biblioteca Nacional

descansam, enquanto crianças vão e vêm das escolas vizinhas. Ao longo de todo o dia, as profissionais do sexo esperam por clientes, gateiras voluntárias alimentam e cuidam dos cerca de 70 gatos que vivem por lá e moradores em situação de rua utilizam a área. Aos fins de semana, os frequentadores ganham a companhia da comunidade boliviana, que se reúne para dançar aos domingos, e dos apreciadores das artes. “Gosto dessa mistura. Áreas segregadas, com um uso só, muito comerciais, ou só elites, ou só populares, são áreas empobrecidas. O Jardim da Luz tem grande importância não só do ponto de vista arquitetônico, paisagístico ou cultural, mas também pela diversidade de pessoas que recebe. É uma área extremamente vibrante”, acredita Bonduki.

A advogada especialista em sustentabilidade Paulina Cho, nascida e criada no Bom Retiro e filha de pais coreanos, frequenta o parque desde a infância. Hoje, moradora de Pinheiros, ela costuma usar o parque para ir da estação Luz do Metrô até sua livraria, Aigô, com foco em literatura diaspórica e inaugurada em 2023 numa rua nos fundos do local. Ela acredita que o parque — assim como o bairro — tem um enorme potencial. “As pessoas ligam a Luz e o Bom Retiro a notícias negativas, mas tem muita coisa legal acontecendo, como festivais de música, exposições de filmes e restaurantes gregos, bolivianos e coreanos, além de todos os inúmeros centros culturais e museus e da excelente infraestrutura de transportes e das escolas da região”, pontua Paulina, cujo negócio conduz ao lado de duas sócias, também criadas no bairro.

## ESTIGMA E SEGREGAÇÃO

Ao se pesquisar o espaço no Google, a primeira sugestão é: “Parque da Luz é perigoso?”. E não é apenas pela taxa de crimes nos arredores, mas também pelo estigma que pesa sobre os frequentadores, como pessoas em situação de rua e prostitutas. Há também a proximidade com áreas do “fluxo” das cracolândias. Segundo Bonduki, grande parte do público dos espaços de arte do entorno ainda evita circular pelo parque e pela região. “Eles vão de carro ou de Uber, entram e saem sem ter qualquer contato com o entorno. Não se sentem à vontade com essa mistura — e isso revela muito do processo de segregação que temos na cidade”, critica.

Maria sempre quis entrar na Pinacoteca, mas foi somente após participar de oficinas do projeto Extramuros — criado para torná-la mais acessível a grupos vulnerabilizados — que isso aconteceu. Trabalhadora sexual há 40 anos, dos quais 23 atuou só no parque, pisou pela primeira vez no museu há dois anos e meio. “Era um sonho, mas pensava que era muito caro, que me olhariam feio”, revela. O movimento das mulheres em prostituição, no parque, é tanto que há uma sala só para elas dentro da Casa do Administrador. Amparadas pela ONG Mulheres da Luz, recebem atendimentos médico e psicológico, além de aulas de alfabetização e oficinas diversas.



Foto: Alfribeiro

*Os fundos da Pinacoteca Luz, museu de arte mais antigo de São Paulo, se integra ao parque*

Antônio de Toro, gestor do Jardim da Luz desde 2022, conta com orgulho que o parque tem conseguido cada vez mais se distanciar da imagem de um local perigoso e abandonado para se firmar como um museu a céu aberto (e refúgio verde) em pleno centro de São Paulo. De acordo com ele, a transformação se deu graças a um aumento dos funcionários efetivos (de quatro para oito) e de vigilantes (de seis para 15), à melhoria da infraestrutura para os prestadores de serviços e a um policiamento mais ostensivo, com rondas constantes e a presença da Guarda Civil Metropolitana (CGM) dentro do parque, o que reduziu o número de furtos em cerca de 90%.

## PARQUE PARA QUEM?

De acordo com o regulamento do Jardim da Luz, de 2024, “por sua característica de preservação do patrimônio histórico, é um parque principalmente de contemplação e bem de uso comum do povo”. Não é por acaso a proibição para andar de skate, patins ou bicicleta. Além disso, placas lembram que não é permitido pisar na grama. “O Jardim da Luz é o nosso primeiro parque e, muitas vezes, ainda parece parado no tempo”, critica Gabriel Neistein, arquiteto urbanista e um dos autores do projeto Bom Retiro é o Mundo, que estuda soluções de melhorias para o bairro.

Para ele, o uso do espaço carrega aspectos de costume e civilidade do século 19. “É um parque que não abre à noite, não tem ciclovia e não pode pisar na grama, ou seja, não pode fazer um piquenique com amigos. A cidade está em movimento, e o local precisaria servir aos usos das pessoas”, pontua Neistein, integrante de uma família judaica que viveu no Bom Retiro por mais de cem anos. Nascido na Vila Mariana, recentemente se mudou para o bairro — e seu escritório de arquitetura dá de frente para o jardim.

“O JARDIM DA LUZ FOI O GRANDE CENTRO DE LAZER DA CIDADE. ERA O CARTÃO POSTAL DE SÃO PAULO, TÃO OU MAIS FAMOSO DO QUE O PARQUE DO IBIRAPUERA É HOJE.”

RICARDO OHTAKE, arquiteto, artista gráfico e presidente do Instituto Tomie Ohtake

#### HORA DE CELEBRAR

Para a comemoração dos 200 anos do parque, Toro antecipa que está prevista a reabertura do aquário subterrâneo — o mais antigo da cidade e descoberto nos anos 2000, durante a escavação do terreno para o transplante de espécies de árvores —, a volta das carpas ao espelho d’água e a reinauguração da cascata da gruta. Segundo nota da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, também constam nos planos a contratação de um projeto para o restauro e a requalificação de todo o parque, incluindo a recuperação de edificações, equipamentos, infraestruturas, caminhos e acessos.

Além dos 200 anos do Jardim da Luz neste ano, a Pinacoteca também planeja uma série de comemorações — e não só pelo bicentenário do parque, mas também pelos 120 anos do museu. Volz, diretor-geral da Pinacoteca, antecipa que algumas esculturas do Jardim, de domínio do museu, serão substituídas. “Temos uma coleção predominantemente masculina, paulistana e absolutamente branca. Vai ser interessante pensar em como diversificar a coleção, com novos artistas que ampliem a linguagem e as formas de representação.”

Uma metrópole como São Paulo não pode deixar de lado as áreas de lazer. “A cidade deve ser um lugar para o bem público, com áreas de encontro e convivência, e não apenas formada por lugares de produção. Esse é o sentido fundamental da metrópole. E é nos parques e nas praças que as pessoas se encontram”, finaliza o arquiteto Segawa.

&

*O verde da Luz se destaca no adensamento urbano do centro de São Paulo*



Foto: Age Barros

# CIÊNCIAS INDÍGENA E OCIDENTAL PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

# N

## SOBRE A BORI

A Agência BORI é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o país. Na BORI, profissionais de comunicação cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil preparados por nós para atender à imprensa. Acesse [www.abori.com.br](http://www.abori.com.br).

No contexto da crise climática, o diálogo entre os conhecimentos científico ocidental e indígena é essencial para a conservação da Amazônia e para o futuro sustentável do planeta. A integração dos sistemas de conhecimento pode garantir uma ciência mais holística, que entenda a conexão indissociável entre cultura e natureza e que, portanto, reconheça a contribuição dos povos originários para a reabilitação dos ecossistemas.

É o que aponta artigo científico publicado na revista *Science* de dezembro por pesquisadores indígenas dos povos Tuyuka, Tukano, Bará, Baniwa e Sateré-Mawé, em parceria com não indígenas, vinculados a projeto do BrazilLAB, da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Os cientistas participantes também têm vínculo com instituições brasileiras, como as universidades federais de Santa Catarina (UFSC) e do Amazonas (Ufam).

O artigo defende a integração urgente entre os saberes, considerando a contribuição das teorias e práticas de povos indígenas há, pelo menos, 12 mil anos, para a conservação e a restauração do meio ambiente — além de elegerem a Amazônia como um terreno fértil para promover esse diálogo. O trabalho sintetiza conhecimentos dos indígenas do Alto Rio Negro,

território localizado no Estado do Amazonas. Para esses povos, o mundo pode ser organizado em três domínios: terrestre, aéreo e aquático, os quais são ocupados não só pelos humanos, mas por outros seres, como animais, plantas e rios, e pelos chamados “outros humanos” — ou “encantados” —, que já habitavam o mundo antes de nós e que são consultados pelos especialistas indígenas, os chamados pajés. Para que as pessoas possam acessar elementos da natureza, é fundamental solicitar permissão e negociar com os outros seres presentes nesses domínios, respeitando as práticas e os rituais que mantêm o funcionamento dessa rede cosmopolítica.

“Uma das principais lições dos conhecimentos indígenas do Alto Rio Negro é a compreensão de que as vidas se estabelecem em conexão. Nada existe sozinho, tudo está relacionado — e compreender essa rede de relações entre todos os seres é uma das chaves para a sustentabilidade”, explica Carolina Levis, pesquisadora na UFSC e primeira autora do artigo. De acordo com ela, a cosmovisão indígena pode auxiliar na desconstrução da visão colonialista que há séculos explora a Amazônia. “Enquanto o pensamento ocidental está enraizado em visões utilitaristas e antropocêntricas da natureza, os povos indígenas amazônicos entendem que essa natureza e seus elementos também são dotados de qualidades de pessoas e tudo faz parte de um sistema integrado”, comenta.

“Escrevemos esse texto para dar voz também àqueles que não têm, bem como fazer ecoar vozes de quem não conseguem reagir à destruição de seus territórios”, explica Justino Sarmiento Rezende, pesquisador na Ufam e um dos autores indígenas do artigo. “Outros seres também são vivos e habitantes dos territórios; ninguém consulta os animais antes de invadir a casa deles e seguir destruindo. Uma vez que considerarem os outros seres como relacionados a nós, teremos de fazer o papel de diplomatas, pois eles não estão sendo ouvidos e entendidos. Vamos fazer um pouco desse papel de representá-los. Assim como os povos indígenas, os outros seres também estão silenciados”, continua o pesquisador.

Rezende defende uma ciência que agregue os diferentes saberes em defesa da Terra e da relação recíproca entre todas as espécies. “Um único sistema de conhecimento não será suficiente para enfrentar a emergência climática. É necessário o diálogo entre múltiplos conhecimentos. Precisamos sentar todos à mesma mesa para decidir o que podemos fazer e projetar estratégias, soluções e inovações”, alerta.

Os pesquisadores apontam ações e práticas dos povos originários que podem ser somadas às pesquisas científicas, como a influência do movimento das constelações e dos ciclos do planeta na produção de alimentos. De acordo com Carolina, da UFSC, uma das principais conclusões para a eficiência da conservação do bioma é a inclusão respeitosa de líderes e especialistas indígenas em processos de investigação e tomada de decisão. O artigo reconhece o desafio de fazer valer o status de ciência ao conhecimento dessa população, já que “os espaços de formação dos especialistas não estão nas universidades; os ‘laboratórios’ indígenas estão nas próprias aldeias”, lembra a pesquisadora. Dessa forma, avaliam os autores, é também importante que universidades e instituições de pesquisa criem espaço para a ciência indígena, valorizando e respeitando as visões de mundo dos povos originários.

Em carta publicada na *Science* em 2022, divulgada à imprensa pela BORI na época, estudiosos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como demais parceiros, já alertavam para os riscos de projetos de lei que expunham as terras indígenas da Amazônia em território brasileiro a atividades como mineração, produção de soja e extração de madeira. Além dos problemas ambientais que acarretam, afetando a resiliência dos ecossistemas, essas interferências prejudicam a sobrevivência das culturas indígenas. Isso acontece porque os modos de vida dos povos originários estão diretamente relacionados à sua interação com os elementos naturais, como os rios e as florestas. Assim, é fundamental que os saberes indígenas sejam considerados pela ciência ocidental, bem como que essa confluência de conhecimentos seja também abraçada em instâncias como a formulação de políticas públicas.

&

**É fundamental que os saberes indígenas sejam considerados pela ciência ocidental, bem como que a confluência de conhecimentos esteja presente na formulação de políticas públicas**

# PB



texto DIMALICE NUNES



Foto: Maureen Bisilliat / Acervo: Instituto Moreira Salles

## Para ouvir

CLARICE LISPECTOR: VISÕES DO ESPLENDOR

Para celebrar os 104 anos de nascimento de Clarice Lispector, o Instituto Moreira Salles (IMS) — que guarda os arquivos da escritora — lançou o podcast *Clarice Lispector: visões do esplendor*. Em cinco episódios, a série destrincha vida e obra da autora. Na tentativa de definir o universo de Clarice, os apresentadores Bruno Cosentino e Eucanaã Ferraz conversam com pesquisadores. A série conta ainda com a beleza e a força da voz de Maria Bethânia, que lê trechos de livros da escritora. O podcast está disponível nas plataformas de áudio.

## Para ler

MATA DOCE

Luciany Aparecida — Alfabuara



Maria Teresa vive com suas mães num casarão em frente a um lajedo de pedra em Mata Doce, vilarejo no interior da Bahia. Ao narrar sua história, marcada por uma tragédia no dia do casamento, a protagonista revela os personagens de um povoado moldado pelas raízes da cultura africana, pelo sincretismo religioso e pela violência que permeia a vida do Brasil rural, uma trajetória que atravessa quase cem anos da história local. Trata-se, porém, de uma

espécie de “passado distópico”, já que a força das mulheres negras que encabeçam a narrativa emerge na construção de uma família matriarcal que rompe com os padrões esperados — pelo menos à época. Isso não quer dizer que racismo e violência de gênero não estejam presentes no enredo, que liga passado e presente a um futuro que Maria Teresa, pouco a pouco, tenta reconstruir. *Mata Doce*, primeiro romance que Luciany assina com o próprio nome, venceu a categoria Melhor Romance do Prêmio São Paulo de Literatura 2024, além de finalista do Prêmio Jabuti.

## Para ler

LOUÇAS DE FAMÍLIA

Eliane Marques — Autêntica Contemporânea

Da Bahia para o extremo Sul do Brasil, na divisa com o Uruguai. É ali que se desenrola a narrativa de Eliane Marques, vencedora na categoria Romance de Estreia do Prêmio São Paulo de Literatura 2024. A partir da morte de sua tia Eluma — empregada doméstica por toda a vida —, a narradora traça uma linha até a primeira ancestral conhecida, que tem em comum com muitas mulheres da família o servir aos brancos como forma de sustento. Na obra, a ascensão social das novas gerações contrasta com o passado da escravidão vivido na pele por décadas, enquanto tradições se perdem junto com as origens e nos novos modos de viver a fé. O destaque do livro é a linguagem única criada pela autora, que mistura expressões regionais e familiares do português, do espanhol e do iorubá, muitas vezes “escritas como se falam”. A escolha por uma sintaxe particular envolve o leitor e o transporta diretamente àquele universo apresentado pela narradora.

A literatura brasileira é marcada por uma complexidade que nos desafia sempre que tentamos compreendê-la. Vários escritores entram e permanecem naquilo que chamamos de cânone literário. Outros, porém, lançam os primeiros livros e desaparecem. Terceiros, ainda (mais raros!), alcançam sucesso na estreia, desaparecem e retornam — anos depois — com ainda mais força. Neste último caso, temos Carolina Maria de Jesus.

Carolina lançou-se na literatura em 1960, com a publicação da sua obra mais conhecida: *Quarto de despejo — diário de uma favelada*. A narrativa, um híbrido entre diário, autobiografia e relato memorialístico, denuncia o dia a dia sofrido da autora e da própria família, moradores da antiga favela do Canindé, na zona norte de São Paulo, que foi desocupada e extinta para a construção da Marginal Tietê. Em seu trabalho como catadora de papel, Carolina recolhia livros e revistas e os guardava em seu pobre barraco, formando uma espécie de biblioteca doméstica. Foi nesse processo de coleta e leituras variadas que, certamente, teve despertado o desejo de escrever e registrar o cotidiano marcado pelo sofrimento, pela exclusão social, pela fome e pelas dificuldades na criação dos filhos naquele espaço definido pelas mais diferentes experiências de miséria: financeira, humana, sentimental e existencial.

Em 1958, o jornalista Audálio Dantas, enviado pelo jornal *Folha da Noite*, foi até a favela do Canindé fazer uma reportagem sobre as péssimas condições de vida daqueles moradores. Foi quando conheceu a catadora de papel que, naquela época, já tinha algumas páginas escritas de uma espécie de diário íntimo. Por orientação de Dantas, Carolina organizou melhor os seus relatos, conferindo um formato mais coeso e coerente com uma roupagem literária. Dois anos depois, o livro foi publicado pela prestigiada editora Francisco Alves, alcançado um verdadeiro sucesso no mundo editorial brasileiro, com mais de 100 mil exemplares vendidos apenas no primeiro ano. A seu respeito, afirmou o crítico literário Alceu Amoroso Lima: “Terá sido o enorme êxito do diário de Carolina Maria de Jesus apenas um produto da publicidade comercial ou da moda? Não creio. Nem creio que se trate apenas de um êxito político ou mesmo de um simples documento social. [...] É um livro belo e trágico com todas as suas imperfeições, mais ou menos dirigidas, porque é livro verdadeiro”. O livro, que foi um grande sucesso, traduzido e publicado em diferentes países, transformou a autora numa verdadeira celebridade,

## A FORÇA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

na grande “novidade literária” brasileira do início dos anos 1960. Carolina deixou a favela do Canindé e mudou-se com os filhos para outras regiões de São Paulo, melhorando um pouco de vida e saindo da condição de outrora. Publicou outros livros de temáticas semelhantes: *Casa de alvenaria*, *Pedaços de fome*, *Provérbios* e o excelente *Diário de Bitita* (póstumo). Faleceu em 1977, vítima de insuficiência cardíaca.

A bem da verdade, por algumas décadas, a obra da autora caiu num certo esquecimento. Sabíamos da sua existência, mas era um tanto ignorada pelo público leitor. Felizmente, nos últimos dez anos, os escritos de Carolina Maria de Jesus ganharam uma expressiva força crítica e editorial, recebendo novas publicações e despertando um interesse significativo de um novo público leitor, especialmente o universitário, que, em geral, é ávido por novas possibilidades de leitura e investigação. A produção de Carolina — especialmente *Quarto de despejo* e *Diário de Bitita* — tem sido analisada sob as mais diferentes linhas críticas da contemporaneidade: escrita feminina, literatura social, autobiografia, literatura identitária, escritas do eu, autoficção etc. Essa quantidade de pesquisas e propostas objetivam compreender tal literatura em diferentes chaves de interpretação, à luz dos debates mais atualizados dos estudos literários.

Tudo isso comprova a força de Carolina Maria de Jesus e da sua obra, que despertou um imenso sucesso aquando da publicação, mas que também foi vítima de incompreensões por parte de muitos críticos e de certos setores da imprensa especializada. Mesmo assim, décadas depois, Carolina continua forte e sendo lida, reeditada e pesquisada, sinal de um considerável amadurecimento crítico do nosso mundo literário.



LEANDRO  
GARCIA,  
professor na  
Faculdade  
de Letras da  
Universidade  
federal de Minas  
Gerais (UFMG)  
e presidente  
da Academia  
Petropolitana de  
Letras (APL)



# 40 ANOS DE UMA TRAGÉDIA BRASILEIRA

texto HERBERT CARVALHO

No dia 21 de abril de 1985, morria no Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas de São Paulo, aos 75 anos, o então presidente eleito Tancredo Neves.

Foi o desfecho de uma tragédia que, em poucos meses, levou o povo brasileiro da euforia pelo fim da ditadura militar ao desespero de perder o líder civil moderado, que construía uma transição pactuada após a derrota, no ano anterior, da emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República.

Ainda em janeiro daquele mesmo ano, a oposição ao regime militar, então liderada pelo PMDB, aproveitou a mesma estrutura da multitudinária campanha das Diretas Já — que levava milhões de pessoas às ruas nas grandes e médias cidades nacionais — para legitimar a vitória de Tancredo no espúrio colégio eleitoral, que substituiu quase 60 milhões de eleitores por 686 votantes, entre deputados federais, senadores e delegados das assembleias legislativas. Aproveitando-se da dissidência de líderes políticos governistas, como José Sarney e Aureliano Chaves, Tancredo Neves, ex-senador e ex-governador de Minas Gerais, acaba derrotando o detestado — e demonizado pela mídia — ex-governador paulista Paulo Maluf, pelo achapante placar de 480 votos contra 180 (com 26 abstenções).

O clima de comemorações era, então, semelhante ao das vitórias futebolísticas do País em Copas do Mundo. No entanto, em 15 de março, o Brasil se surpreende: quem toma posse em Brasília no lugar de Tancredo é o vice-presidente eleito, Sarney, ao mesmo tempo que o titular do cargo era operado no Hospital de Base, em Brasília, após esconder as fortes dores no abdômen que sentia dias antes. Estava tomando antibióticos às escondidas e se recusava a fazer exames, temeroso de que os militares da linha dura se aproveitassem da situação para tentar um novo golpe. Lembrava-se da frase de Getúlio Vargas, de quem fora ministro da Justiça: “No Brasil, não basta vencer a eleição, é preciso ganhar a posse”. Uma situação que se repetiria 38 anos depois, com a tentativa golpista de impedir que Luiz Inácio Lula da Silva subisse a rampa para assumir o terceiro mandato.

## VICE NA POSSE

Na fatídica madrugada de 14 para 15 de março, os políticos discutiam quem deveria assumir a Presidência da República — Ulysses Guimarães, o então presidente da Câmara, ou Sarney. Com base na Constituição em vigor, de 1967, decidiu-se que o último deveria tomar posse perante o Congresso Nacional, aguardando o restabelecimento de Tancredo.

O único incidente na transição de poder ocorreu no Palácio do Planalto, onde o último general-presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo, recusou-se a passar o cargo em cerimônia formal e deixou a sede do poder pela porta dos fundos. É o melancólico fim de uma ditadura de 21 anos que censurou, exilou, prendeu, torturou e matou opositores, sem que jamais alguém tenha sido responsabilizado pelos crimes cometidos. Enquanto isso, porém, a agonia do presidente eleito estaria apenas começando, enquanto a Nação via-se envolvida por uma teia de mentiras sobre o estado de saúde do chefe de Estado que havia escolhido. De acordo com o livro *Tancredo Neves: a noite do destino*, do jornalista José Augusto Ribeiro, a primeira informação do Dr. Renault Mattos Ribeiro, médico da Câmara dos Deputados, foi de que se tratava de uma faringite. Em 13 de março, porém, já com a participação do cirurgião-geral Francisco Pinheiro da Rocha, amigo de Mattos Ribeiro, a hipótese passa a ser de apendicite.

Na noite de 14 de março, véspera da posse, a situação se agravou e uma cirurgia de emergência passou a ser inevitável.

A família de Tancredo quis levá-lo para operar em São Paulo, mas a dupla Mattos Ribeiro e Pinheiro da Rocha estava irredutível. Ambos não se responsabilizariam nem acompanhariam o doente no avião. O presidente eleito, por fim, foi internado às 22h15 no Hospital de Base. O que deveria ser o prazo de uma hora para o início da operação transformou-se em três. Primeiro, porque Pinheiro da Rocha esquecera os óculos em casa e teve que buscá-los. Segundo, porque os médicos não se entendiam sobre qual sala deveria ser usada — e, àquela altura, o hospital já tinha sido invadido por políticos que também eram médicos e queriam se imiscuir no processo.

A cirurgia, que começava à 1h10, estendeu-se até as 2h45. Nesse ínterim, o plantão do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, furava a bolha dos boatos restritos ao círculo do poder e noticiava que Tancredo estava sendo submetido a uma cirurgia contra uma infecção no intestino. Logo a seguir, o País seria informado que tinha sido extirpado do paciente um divertículo de Meckel. Na verdade, o que fora retirado era um leiomioma, um tumor benigno do tamanho de um limão-galego. Mas a palavra “tumor”, considerada maldita, foi descartada na versão oficial a fim de tranquilizar o País. No livro *O paciente*, mais completa obra sobre o atendimento médico a Tancredo, o autor, Luís Mir, afirma que uma sutura malfeita nessa primeira operação viria a provocar sangramentos que se agravariam até a morte. Uma marca de imperícia deixada no intestino do presidente, segundo o pesquisador.

### SUCCESSÃO DE CIRURGIAS

No dia 20 de março, ainda em Brasília, acontecia a segunda cirurgia, a cargo do médico paulista Henrique Walter Pinotti, que assumira a chefia da equipe à frente do caso. Como os boletins médicos falsamente otimistas, lidos pelo porta-voz Antônio Brito, não foram suficientes para convencer a imprensa, o auge da empulhação ocorre em 25 de março, quando a equipe médica encena uma foto com o presidente e sua esposa, dona Risoleta, rodeados pelos sorridentes algozes de batas brancas. Nesse mesmo dia, porém, a situação se agrava e Tancredo é levado para São Paulo, onde nem antibióticos e mais cinco cirurgias seriam capazes de deter o quadro piorado, de acordo com o próprio Dr. Pinotti, por uma infecção hospitalar contraída em Brasília.

Mantido vivo por aparelhos nas semanas finais, o presidente foi alvo de vigílias, novenas, procissões e orações coletivas na porta do hospital e em todo o País. A morte de Tancredo acaba sendo oficializada às 22h23, no Incor, no mesmo dia 21 de abril dedicado à memória do conterrâneo Tiradentes. Levado em avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para Brasília, o corpo é velado no Palácio do Planalto, homenageado em seguida por multidões em Belo Horizonte e, finalmente, enterrado na cidade natal, São João del Rei, interior de Minas Gerais.

Enquanto adeptos das teorias de conspiração julgam que a morte do primeiro presidente eleito democraticamente pós-ditadura pode ter sido causada de forma intencional, para o neto e herdeiro político, Aécio Neves, não restam dúvidas: “Tancredo morreu por negligência e incompetência”.



15/1	<i>Tancredo Neves e José Sarney são eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República pelo Colégio Eleitoral.</i>
12/3	<i>Três dias antes da posse, Tancredo sente pontadas na barriga.</i>
13/3	<i>O médico Renault Mattos Ribeiro diagnostica possível crise de apendicite e indica cirurgia. Tancredo diz que só opera após a posse.</i>
14/3	<i>O presidente eleito é internado no Hospital de Base de Brasília com crise de bacteriemia (presença de bactérias no sangue).</i>
15/3	<i>Tancredo é operado, Sarney toma posse e o general Figueiredo sai pela porta dos fundos do Palácio do Planalto.</i>
16/3	<i>Complicações pós-operatórias contrariam os boletins médicos. As funções intestinais não se restabelecem.</i>
18/3	<i>Mantido na UTI do Hospital de Base, Tancredo só piora, levando a família a convocar uma junta médica.</i>
20/3	<i>Tancredo é operado pela segunda vez.</i>
25/3	<i>O fotógrafo Gervásio Batista tira a foto encenada para comprovar a “recuperação” de Tancredo.</i>
26/3	<i>Tancredo é transferido para o Incor, em São Paulo, para uma terceira cirurgia.</i>
2/4	<i>Com anemia e infecção no pulmão direito, Tancredo é operado pela quarta vez.</i>
4/4	<i>Quinta cirurgia, desta vez com o objetivo de drenar os abscessos.</i>
9/4	<i>Na sexta cirurgia, de traqueostomia, uma parada cardíaca é revertida por descarga elétrica.</i>
12/4	<i>Uma sétima (e última) cirurgia mostra-se inútil para deter o processo infeccioso. Tancredo é sedado e torna-se paciente terminal.</i>
21/4	<i>Antônio Brito informa ao Brasil a morte de Tancredo de Almeida Neves.</i>
22/4	<i>José Sarney, até então interino, é definitivamente empossado como presidente da República.</i>

# COP 30 no BRASIL

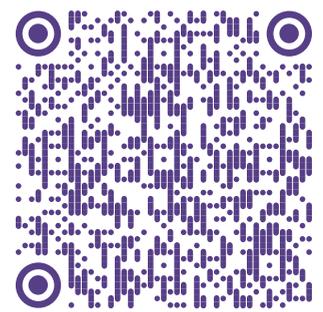


**A ciência  
transforma  
a sociedade.**

**Fortaleça  
decisões,  
impacte  
vidas.**

**bori**

soluções para um conhecimento  
científico acessível



[abori.com.br](http://abori.com.br)

FECOMERCIO SP

Sesc Senac



# Exportação com benefícios fiscais?

**Certificado de Origem FecomercioSP.  
100% oportunidades para você!**

Com o Certificado de Origem FecomercioSP, você exporta o seu produto 100% nacional com vantagens oferecidas pelos acordos comerciais entre o Brasil e o mundo.

Tudo com muita agilidade, segurança, validação e aprovação em até 24 horas. E o melhor: nosso associado tem direito a descontos exclusivos na emissão do documento.



Procurando um certificado que é  
100% benefício para os seus negócios?

**Use o código QR e acesse  
a nossa página.**

